

AGENDA OFICIAL

Netanyahu reforça o convite e Caiado viaja a Israel no sábado

Em carta endereçada ao governador Ronaldo Caiado, enviada pelo gabinete do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, o Governo de Israel reforça o convite ao chefe do Executivo goiano e propõe agendas oficiais no país. Está prevista

também reunião com o presidente de Israel, Isaac Herzog. Caiado viajará no próximo sábado, 16, com retorno previsto para o dia 21 de março. A programação inclui reuniões de negócios visando estreitar os laços comerciais com o Estado

de Goiás. Goiás tem estabelecido diálogo junto a Israel há alguns meses para fortalecer parcerias e aperfeiçoar projetos com o uso de tecnologias israelenses, entre eles o projeto de Fruticultura Irrigada do Vão do Paraná.



Página 2

Hospital de Formosa ja fez mais de mil tomografias neste ano



O Hospital Estadual de Formosa (HEF) celebra o primeiro ano de operação do seu serviço de tomografia. Comprometido com a excelência no atendimento e o bem-estar dos pacientes,

a unidade do Governo de Goiás administrado pelo Instituto de Medicina, Estudos e Desenvolvimento já realizou mais de 5 mil exames de tomografia, de março de 2023 a fevereiro de 2024. **Página 15**

● Inscritos do Aluguel Social têm até 7 de abril para envio de documentos
Pg. 4

● Juíza realiza visita técnica na unidade prisional de Valparaíso
Pg. 13

● Governo de Goiás convoca 1.146 estudantes na segunda chamada do ProBem
Pg. 13

61 fossas sépticas são entregues para assentamento de Cristalina



A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Goiás (SEMAD) participou da entrega de 61 fossas sépticas, sistemas individuais de tratamento de es-

gotos, para o assentamento Vitoria, em Cristalina. O projeto, cujo investimento foi de R\$ 750 mil, foi feito com recursos do Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH) Paranaíba. **Página 14**



Ronaldo Caiado, além de se encontrar com o primeiro-ministro de Israel, também tem agenda com o presidente, Isaac Herzog

DIPLOMACIA

Netanyahu reforça convite e Ronaldo Caiado embarca no sábado, 16, para Israel

Carta endereçada ao governador de Goiás agenda encontro com primeiro-ministro e reuniões de negócios

DA REDAÇÃO

Em carta endereçada ao governador Ronaldo Caiado, enviada pelo gabinete do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, o Governo de Israel reforça o convite ao chefe do Executivo goiano e propõe agendas oficiais no país. "É com grande honra e satisfação que o Governo de Israel convida V. Exa. para importante visita em Israel, na próxima semana. Durante a sua estadia, teremos o prazer de convidá-lo a reunir-se com o Primeiro-Ministro", diz o documento enviado ao Palácio das Esmeraldas nesta quarta-feira (13/03). Está prevista também reunião com o presidente de Israel, Isaac Herzog.

Caiado viajará no próximo sábado, 16, com retorno previsto para o dia 21 de março. A programação inclui reuniões de negócios visando estreitar os laços comerciais com o Estado de Goiás. Haverá visitas a "empresas inovadoras, que podem proporcionar experiências enriquecedoras para promover o diálogo e a colaboração entre as nossas regiões sobre tecnologia, economia de Israel, segurança pública e recursos hídricos."

Goiás tem estabelecido diálogo junto a Israel há alguns meses para fortalecer parcerias e aperfeiçoar projetos com o uso de tecnologias israelenses. É o caso, por

exemplo, do projeto de Fruticultura Irrigada do Vão do Paraná, na região Nordeste do estado. O país do Oriente Médio é tido como referência mundial em agricultura e irrigação.

A agenda em território israelense será o primeiro ato depois da assinatura do termo de cooperação entre o Governo de Goiás e Israel, firmado em fevereiro, durante a inauguração do parque "Am Israel Chai" (O povo de Israel vive). A ação prestou homenagem às vítimas do atentado terrorista ocorrido no dia 7 de outubro do ano passado, quando cerca de 1,2 mil israelenses foram mortos.

"Foi o maior atentado desde a criação do Estado de Israel que conduziu a uma guerra pelo retorno dos sequestrados e pela eliminação da organização terrorista do Hamas. Esta visita permitirá à Vossa Excelência ter uma impressão imediata da situação em Israel", diz a carta do governo israelense ao ressaltar importância do gesto do governador de Goiás.

O embaixador de Israel no Brasil, Daniel Zonshine, também se manifestou por carta endereçada a Caiado, destacando a disposição do Governo de Israel em receber e conduzir a agenda oficial do governador no país. O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, também viajará a Israel. (Com Secom/GO)

DM Entorno

Preço das assinaturas
R\$ 49,90 mensal
R\$ 598,80 anual

Vendas Avulsas
Goiás, Tocantins, Distrito Federal e Mato Grosso
Dias úteis R\$ 2,50 Domingo 3,50

DIRETOR GERAL
Rodrigo Tizziani

EDITOR ONLINE
Rafael Tomazetti

DESIGN
Samuel Sousa
Ederson Lucas

DIAGRAMAÇÃO
Sandro Cecilio

EMPRESA EDITORA
T10 Mídia e Comunicação Ltda
Endereço: Rua das Américas, Qd. 12, Lt. 01
Jardim Bandeirantes, Anápolis - GO

Deptº Comercial / Redação
(62) 3706-9010

www.jornaldmentorno.com.br

painelDM

FOME ZERO

Ministro comemora 13 milhões de pessoas fora do mapa da fome

RAFA NEDDERMEYER



O ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, comemorou a queda de 13 milhões no número total de pessoas que passam fome no país. Dados do Instituto Fome Zero apontam que o total de pessoas em situação de insegurança alimentar grave no Brasil passou de 33 milhões em 2022 para 20 milhões em 2023.

"Tudo isso resultou numa orquestra positiva que comemoramos hoje. E temos que comemorar mesmo porque, historicamente, é a maior queda. Você tirar assim, em um ano de arrumação da casa, 13 milhões de pessoas do mapa da fome", disse o ministro em uma entrevista.

Wellington Dias destacou que, ao incluir a fome moderada, o estudo aponta que 20 milhões de pessoas saíram dessa condição em 2023 no Brasil. "Poder comemorar que já foi dado um passo grande, com 13 milhões a menos do mapa da fome, mostra o tamanho da nossa responsabilidade. Vamos seguir trabalhando para alcançar outros que ainda não chegamos".

Condições Especiais

Projeto enviado pela Governadoria prevê condições especiais para negociações de débitos de contribuintes com o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). A matéria propõe redução de até 99% de desconto nas multas e juros relativos a dívidas geradas até 30 de junho de 2023.

Medidas Facilitadoras

Também foi apresentado na Alego o projeto de lei nº 4766/24, que institui medidas facilitadoras para a quitação dos débitos com a Fazenda Pública Estadual, relativos ao IPVA e ao Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos. A matéria prevê que as medidas facilitadoras abrangem os créditos tributários geradores ou a prática de infração ocorridos até 30 de junho de 2023.

Auxílio-Alimentação

Já o projeto de lei nº 4455/24, visa instituir o programa de auxílio-alimentação para servidores da JUCEG. O processo requer cobrir as despesas de alimentação do servidor, na qual tem caráter indenizatório e não se incorpora em qualquer hipótese a sua remuneração mensal, caracterizando-se como rendimento não-tributável, sem incidência de contribuição previdenciária e não computado para efeito do cálculo do décimo terceiro salário.

Desenvolvimento

O deputado Célio Silveira, juntamente com o prefeito Daniel do Sindicato, o vereador Jean Eustáquio e os empresários Renato Sorgatto e João Sorgatto, visitou uma indústria de polpa de tomate em Cristalina. Durante a visita, as autoridades discutiram a grande im-



RECONHECIMENTO

Consórcio do Transporte de Goiânia é elogiado por GT do Entorno do DF

Grupo de Trabalho do Transporte do Entorno conhece modelo de gestão do transporte de Goiânia e Região Metropolitana

SGG

O coordenador-geral de Concessões Rodoviárias do Ministério dos Transportes e também do Grupo de Trabalho do Transporte do Entorno do Distrito Federal, Anderson Bellas, disse que o consórcio proposto pelo estado para o transporte de Goiânia e Região Metropolitana pode ser visto como um exemplo para todo o país.

Representantes da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e da Secretaria de Mobilidade e Transporte do Governo do Distrito Federal também participaram da comitiva e fizeram uma série de visitas para entender melhor o funcionamento do sistema, que atende diariamente cerca de 500 mil passageiros de Goiânia e de outros 18 municípios circunvizinhos.

O primeiro compromisso do dia foi no gabinete do secretário-geral de Governo, Adriano da Rocha Lima, que é presidente da Câmara Deliberativa do Transporte Coletivo (CDTC), órgão que detém o poder de decisão sobre as pautas do transporte. O secretário expli-



Grupo de Trabalho do Transporte do Entorno conhece modelo de gestão do transporte de Goiânia e Região Metropolitana

cou que a atual configuração se tornou possível após aprovação da Lei Complementar 169, no final de 2021, regulamentando a política de subsídio ao transporte.

A secretária do Entorno do DF, Caroline Fleury, defendeu mudanças no cenário do transporte da região que representa.

"Precisamos de um transporte com preço justo e que ofereça qualidade para o usuário. Por isso estamos buscando esse consórcio para que essas decisões, como agilidade no serviço, integração, organização nos horários do ônibus, e ainda o barateamento do preço da passagem com o subsídio, tam-

bém sejam replicadas lá", disse.

No mês de fevereiro, o transporte semiurbano do Entorno do DF sofreu reajuste de 8,5%, elevando a passagem em até R\$ 11 no trajeto de algumas cidades, como Planaltina e Novo Gama, até Brasília.

Na Região Metropolitana de Goiânia, por outro lado, a tarifa

de ônibus está congelada em R\$ 4,30 desde 2019, graças ao subsídio mantido pelo Governo de Goiás em conjunto com as prefeituras de Goiânia, Aporecida de Goiânia, Goianira, Senador Canedo e Trindade.

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO

O Governo de Goiás propõe que seja criado um consórcio interfederativo na região do Entorno do DF, com o subsídio mantido em parceria com a União e o Governo do Distrito Federal. Cada um dos entes arcaria igualmente com um terço do custeio do benefício.

O coordenador-geral do GT, Anderson Bellas, adiantou que irá fazer um relatório que será apresentado ao secretário-executivo do Ministério dos Transportes para a tomada de decisão sobre a gestão do serviço no Entorno do DF, visando principalmente oferecer uma tarifa mais barata para a população.

O subsecretário de Operações da Secretaria de Mobilidade do Governo do Distrito Federal, Márcio Antônio de Jesus, disse que a visita superou as expectativas.

AGR abre 26 linhas de transporte intermunicipal

Outras 13 linhas foram autorizadas e aguardam apenas providências por parte das empresas para entrar em operação

AGR

A Agência Goiana de Regulação (AGR) já colocou em operação 26 linhas de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros em todas as regiões do estado, com a habilitação de empresas para a prestação de serviços essenciais à população em editais de chamamento público.

Outras 13 linhas foram autorizadas pelo Conselho Regulador e aguardam apenas providências por parte das empresas para entrar em operação. Entre elas estão duas linhas que vão atender o município de Cavalcante e a região da Chapada dos Veadeiros fazendo a ligação com a capital do estado.

Os três editais lançados em 2023 para atender linhas que estavam abandonadas ou com serviços precários. O presidente da AGR, Wagner Oliveira Gomes, observa que por muito tempo a Agência ficou impedida de conceder novas autorizações.

"O estado se desenvolveu e



Novas autorizações da AGR oferecem alternativas de ligações diretas entre as regiões, acompanhando o desenvolvimento do estado

ampliou a sua malha viária para muito além das estradas radiais que ligavam a capital às diferen-

tes regiões, e é preciso acompanhar esse desenvolvimento, oferecendo alternativas de liga-

ções diretas entre as regiões em todos os sentidos", afirma.

É importante ressaltar que após a aprovação pelo Conselho Regulador dos pedidos das empresas para exploração das linhas, há um trâmite que as empresas precisam cumprir junto à AGR, como o cadastramento dos veículos que vão ser utilizados nas operações, vistorias, pagamento de outorga e outros.

Nos próximos dias, as linhas remanescentes dos três editais e novas demandas apresentadas pelos municípios serão objeto de um edital único para habilitação de novos investidores no sistema de transporte intermunicipal de passageiros em Goiás.

LINHAS ATENDIDAS

O primeiro chamamento público disponibilizou 61 linhas de ônibus, e, destas, 37 foram solicitadas por empresas interessadas, sendo que 6 empresas foram habilitadas. No total, foram assinados 20 termos de autorização.

Até o momento, 10 dessas

linhas entraram em operação pela empresa Primeira Classe, uma pela Fly Transportes Eireli, 6 pela Cooperativa de Transportes e Turismo de Cidade Ocidental, uma pela Alves Rocha & Silva, uma pela Bozolino Transportes Eireli, uma pela Expresso Marly e duas pelo Expresso Itamarati Ltda.

O segundo edital disponibilizou 13 linhas, para as quais duas empresas se habilitaram: a Real Maia e a Rio Novo Transportes e Turismo LTDA, ambas para operação da linha Goiânia a Aragarças (via Iporá e Piranhas).

Já o terceiro edital disponibilizou 14 linhas para os investidores, tendo sido autorizadas até o momento quatro linhas para duas empresas: a Primeira Classe, que vai operar as linhas Itumbiara a Caldas Novas (via Buriti Alegre) e Itumbiara a Caçu (via Cachoeira Dourada).

A Real Expresso, fará as linhas Goiânia a Cavalcante (via Anápolis e Niquelândia) e Goiânia a Cavalcante (via Anápolis e Alexânia).

SEGURANÇA ALIMENTAR

Cocalzinho adere ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Iniciativa representa compromisso nacional para promoção do direito humano à alimentação adequada

SEAPA

Foi formalizada, na última segunda-feira (11), a adesão do município de Cocalzinho de Goiás ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), por meio da publicação, no Diário Oficial da União (DOU), da Resolução nº 2 do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), de 08 de março de 2024.

Cocalzinho é o quarto município do Estado de Goiás a ser integrado ao SISAN, que já incluiu também Minaçu, desde 2013, Aparecida de Goiânia, desde 2014, e Jussara, desde 2016. O procedimento de adesão foi organizado pela Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA) e pelo Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONESAN-GO), a partir de solicitação enviada pela prefeitura municipal de Cocalzinho.

O SISAN é um sistema de



Órgão colegiado consultivo, o Conesan-GO é responsável pelo acompanhamento de políticas públicas relacionadas ao tema da alimentação no estado de Goiás

gestão de políticas públicas que envolve diferentes setores e áreas, promovendo a colaboração e a coordenação entre o governo federal, estadual e municipal para a implementa-

ção e execução das Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional.

Os principais objetivos do sistema incluem formular e implementar políticas e planos

de segurança alimentar e nutricional, estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil na promoção do direito à alimentação, e promover o acompanhamento, o

monitoramento e a avaliação da segurança alimentar e nutricional no país.

A Gerente de Agricultura Familiar e Inclusão Produtiva da SEAPA, Cristhian Loraine Pires Araújo, explica que o SISAN traz vantagens como o acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), iniciativa que promove a garantia da alimentação e o combate à fome e à pobreza por meio do incentivo à agricultura familiar em Goiás.

Nesse sentido, a adesão ao sistema possibilita "somar esforços de forma mais eficaz, garantindo uma abordagem mais integrada dos desafios", além de "promover a participação da sociedade civil na construção de um futuro mais justo e saudável para todos os cidadãos".

A solicitação de adesão ao SISAN é um direito de todo município goiano, e pode ser realizada junto à Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional de Goiás (CAISAN-GO), através do e-mail caisan.seapa@goiias.gov.br.

Inscritos do Aluguel Social de Luziânia têm até 7 de abril para envio de documentos

Etapa é essencial para recebimento do benefício. Entrega pode ser feita pelo site da Agehab, Cras ou unidades Vapt-Vupt

REDAÇÃO

O Governo de Goiás, por meio da Agência Goiana de Habitação (AGEHAB), convoca as famílias de Luziânia, inscritas no programa Pra Ter Onde Morar - Aluguel Social para a entrega de documentos que darão direito ao recebimento do benefício. A documentação deve ser enviada por meio do site da Agência, www.goiás.gov.br/agehab, nos campos específicos para o carregamento dos documentos até o dia 07 de abril. Também devem entregar a documentação moradores de Cidade de Goiás, Jussara e Santa Helena.

Candidatos que não têm acesso à internet para registrar documentos digitalmente podem solicitar auxílio nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) ou unidades Vapt-Vupt de suas respectivas cidades. "Nós entendemos as dificuldades que este público, principalmente os

mais idosos, apresentam com relação às tecnologias. Por isso, providenciamos parcerias com as Secretarias de Assistência Social dos municípios e também com as unidades Vapt-Vupt, nas cidades onde elas existem, para dar todo suporte. Ninguém vai ficar prejudicado", afirma o presidente da AGEHAB, Alexandre Baldy.

O secretário de Infraestrutura, Pedro Sales, lembra que o Aluguel Social foi uma resposta imediata do Governo de Goiás às famílias que não podiam aguardar pela construção de moradias. "O programa foi criado em 2021 para atender às famílias que passavam por dificuldades para manter a moradia durante a crise gerada pela pandemia de Covid-19", explica.

Entre os principais critérios para receber o benefício estão: o cadastro atualizado no CadÚnico federal; morar há pelo menos 3 anos no município; e pagar alu-



Aluguel Social: benefício de R\$ 350 concedido por 18 meses para pagamento de aluguel



Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.

CNPJ/ME nº 15.090.690/0001-94 - NIRE 52.300.044.090

Demonstrações Financeiras 2023

Introdução
A Concessionária Ecovias do Araguaia S.A., em conformidade com as disposições estatutárias legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Companhia: A Concessionária Ecovias do Araguaia S.A. ("Ecovias do Araguaia" ou "Companhia") é uma Sociedade de Propósito Específico, constituída em 22 de novembro de 2011 e tem por objeto social específico, único e exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção no nível do serviço do Sistema Rodoviário BR-153/414/080/TO/GO. O Contrato de Concessão, com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, foi assinado em 29 de setembro de 2021, e o Termo de Arolramento e Transferência de Bens firmado em 08 de outubro de 2021, e possui prazo final em 08 de outubro de 2056. As demais informações acerca do Contrato de Concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 12.c das Demonstrações Financeiras da Companhia. A sede da Companhia está localizada no município de Anápolis - GO.

Destques operacionais e financeiros: O volume de tráfego atingiu 50.166 mil veículos equivalentes pagantes em 2023. A receita líquida atingiu R\$888,0 milhões em 2023. A receita líquida ajustada (excluindo a receita de construção) totalizou R\$477,7 milhões em 2023 e R\$107,0 em 2022. O EBITDA ajustado³ totalizou R\$349,2 milhões em 2023 e a margem EBITDA ajustada³, 73,1%.

Destques (em milhões de R\$)	2023	2022	Var.
Volume de tráfego ¹	50.166	11.282	n.m.
Tarifa Média	10,37	10,35	0,3%
Receita líquida	888,0	880,7	0,8%
EBITDA Ajustado ²	349,2	25,8	n.m.
Margem EBITDA Ajustada ²	73,1%	n.m.	n.m.
Capex	489,3	875,2	-44,1%

¹ Em milhares de veículos equivalentes pagantes.

² Exclui receita e custo de construção e provisão de manutenção.

Valor da tarifa por praça de pedágio (em R\$) - Vigente em 31/12/2023											
Pç.a.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
P1	8,60	17,20	12,90	25,80	17,20	34,40	43,00	51,60	60,20	68,80	4,30
P2	11,80	23,60	17,70	35,40	23,60	47,20	59,00	70,80	82,60	94,40	5,90
P3	11,40	22,80	17,10	34,20	22,80	45,60	57,00	68,40	79,80	91,20	5,70
P4	11,00	22,00	16,50	33,00	22,00	44,00	55,00	66,00	77,00	88,00	5,50
P5	13,60	27,20	20,40	40,80	27,20	54,40	68,00	81,60	95,20	108,80	6,80
P6	13,60	27,20	20,40	40,80	27,20	54,40	68,00	81,60	95,20	108,80	6,80
P7	14,80	29,60	22,20	44,40	29,60	59,20	74,00	88,80	103,60	118,40	7,40
P8	13,60	27,20	20,40	40,80	27,20	54,40	68,00	81,60	95,20	108,80	6,80
P9	13,60	27,20	20,40	40,80	27,20	54,40	68,00	81,60	95,20	108,80	6,80

Receita bruta: A receita bruta totalizou R\$931,0 milhões em 2023. As deduções sobre a receita bruta somaram R\$42,9 milhões.

Receita de Pedágio: R\$520,6 milhões em 2023, devido ao início da cobrança de pedágio nas nove praias das rodovias BR-153/414/080/TO/GO em 03 de outubro de 2022.

Receita de Construção: R\$410,3 milhões em 2023, redução de 47,0%, devido ao menor volume de obras no período.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	2023	2022	Var.
Receitas de Pedágio	520,6	116,7	n.m.
Receitas Acessórias	0,1	-	n.m.
Receita de Construção	410,3	773,7	-47,0%
Total	931,0	890,4	4,6%

O quadro abaixo demonstra a receita bruta da Companhia no ano base deste relatório, juntamente com o valor da receita acumulada desde o início da concessão. O valor acumulado de R\$1.840,8 milhões corresponde à receita obtida com pedágios e outras fontes de receitas complementares, extraordinárias, alternativas ou provenientes de projetos associados desde o início da concessão até 31 de dezembro de 2023.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	2023	2022	Acumulado até 2021
Receitas de Pedágio	520,6	116,7	-
Receitas Acessórias	0,1	-	-
Receita de Construção	410,3	773,7	19,5
Total	931,0	890,4	19,5

Para mais informações sobre as receitas, vide Nota Explicativa nº 21 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Custos e despesas operacionais: Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$599,7 milhões em 2023. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$128,5 milhões. As principais variações foram:

Custos e despesas operacionais (em milhões de R\$)	2023	2022	Var.
Pessoal	29,4	16,4	+79,4%
Conservação e manutenção	22,9	2,8	n.m.
Serviços de terceiros	50,2	39,5	+27,1%
Seguros, Poder Concedente e Locações	14,5	15,5	-6,7%
Outros	11,6	7,1	+64,4%
Custos caixa	128,5	81,2	+58,3%
Depreciação e amortização	60,8	22,3	+172,8%
Provisão para manutenção	-	-	n.m.
Custo de construção	410,3	773,7	-47,0%
TOTAL	599,7	877,2	-31,6%

Pessoal: R\$29,4 milhões em 2023, aumento de R\$13,0 milhões (+79,4%) devido às despesas com salários, benefícios e encargos incorridos pelo início das atividades operacionais da Companhia.

Conservação e manutenção: R\$22,9 milhões em 2023, aumento de R\$20,1 milhões devido, principalmente, aos gastos com limpeza manual e conservação de revestimento vegetal, em função do início das atividades operacionais da Companhia.

Serviços de terceiros: R\$50,2 milhões em 2023, aumento de R\$10,7 milhões (+27,1%) devido, principalmente, ao incremento dos serviços de consultorias administrativas, financeiras, de recursos humanos, de tecnologia da informação e de compras corporativas prestados pela controladora indireta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., e pelos custos de ambulâncias e resgates e remoções.

Seguros, poder concedente e locações: R\$14,5 milhões em 2023, redução de R\$1,0 milhão (-6,7%) em função, principalmente, da contabilização dos contratos de locação de veículos leves (IFRS).

Outros: R\$11,6 milhões em 2023, aumento de R\$4,5 milhões (+64,4%) devido, principalmente, aos gastos com combustíveis e energia elétrica, em função do início das atividades operacionais.

Depreciação e amortização: R\$60,8 milhões em 2022, aumento R\$38,5 milhões devido ao início da amortização dos bens da concessão, em função do início da arrecadação de pedágio.

Custo de construção: R\$410,3 milhões em 2023, redução R\$363,3 milhões (-47,0%), devido ao menor volume de obras no período.

O quadro abaixo demonstra os custos operacionais e despesas administrativas da Companhia no ano base deste relatório, juntamente com o valor acumulado desde o início da concessão. O valor acumulado de R\$1.508,0 milhões corresponde aos custos e despesas operacionais desde o início da concessão até 31 de dezembro de 2023.

Custos e despesas operacionais (em milhões de R\$)	2023	2022	Acumulado até 2021
Custos	599,7	877,2	31,1

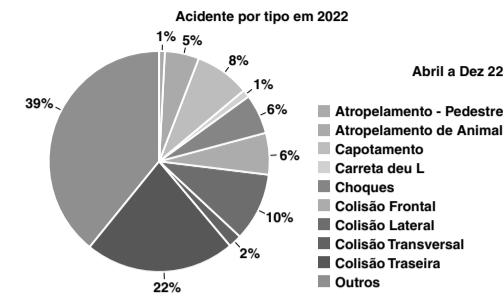
Para mais informações sobre os custos e despesas operacionais, vide Nota Explicativa nº 22 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

EBITDA: Em 2023, o EBITDA totalizou R\$349,2 milhões. O EBITDA ajustado³, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$349,2 milhões, aumento de 0,5 p.p. em relação a 2022 e margem EBITDA ajustada³ de 73,1%.

EBITDA (em milhões de R\$)	2023	2022	Var.
Lucro líquido do período	188,8	18,7	n.m.
Depreciação e amortização	60,8	22,3	n.m.
Resultado Financeiro	17,1	(25,1)	n.m.
Imposto de renda e contribuição social	82,5	9,9	n.m.
Receita de Construção	410,3	773,7	n.m.
Custo de Construção	(410,3)	(773,7)	n.m.
Total	489,3	875,2	-n.m.

Volume de tráfego: O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 50.166 mil em 2023, sendo 9.436 mil veículos leves e 40.730 mil veículos pes

...continuação



Dados de Operação da Concessão: Veículos Alocados: Os veículos alocados na operação da concessão são apresentados na tabela abaixo de acordo com os dados de 2023. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise. O resultado é apresentado em Qtde/100 km.

Tipo de veículo	Qtde	Qtde/100 km
Viatura de inspeção	11	1,3
Guincho Leve	10	1,2
Guincho Super Pesado	4	0,5
Caminhão Pipa	4	0,5
Caminhão Boiaadeiro	4	0,5
Ambulância Simples	16	1,9
UTI	4	0,5
Total de veículos operacionais	53	6,2
Administração	3	0,4
Pedágio	4	0,5
Engenharia	17	2,0
Conservação	9	1,1
Tráfego	4	0,5
Mantenimento	10	1,2
ANTT	3	0,4
CSU e RH	3	0,4
Diretor	2	0,2
Total de veículos de apoio	55	6,5
Total de veículos aplicados na concessão	108	12,7

Concessionária em números

Dados anuais e por empresa	Referência
Número de quilômetros mantidos	850,7 km
Classe 01: 9.452.347	
Classe 02: 1.196.274	
Classe 03: 0	
Classe 04: 1.486.876	
Classe 05: 0	
Classe 06: 1.014.167	
Classe 07: 905.921	
Classe 08: 2.022.329	
Classe 09: 668.841	
Classe 10: 43.233	
Catesp 9: 10.281	
Catesp 10: 913.972	
Moto: 282.691	
Semi Reboque: 194.064	
Reboque: 26.181	
Ônibus 2 eixos: 0	
Ônibus 3 eixos: 0	
Ônibus 4 eixos: 0	
Especial: 0	
Dummy: 1	
Tarifa	Informações Detalhadas no item - Tarifa
Número de praças de pedágio	9 (nove)
Índice de congestionamento	N/A por velocidade média de veículos
Trânsito Médio Diário Equivalente	146.491
Trânsito médio anual equivalente (VDM Eixos)	146.388
Equipamentos utilizados pela concessionária	Veículos, Balança, Maquinaria, etc.
Índices de qualidade de estrada	N/A
Receita de pedágio em 2023	R\$ 520,6 milhões
Custos associados às receitas de pedágio em 2023	R\$ 189,4 milhões
Fator Trabalho	
Número de trabalhadores	397 funcionários
Despesas com pessoal no 2023	R\$ 29,4 milhões
Fator Capital	
Despesas de depreciação no 2023	R\$ 60,8 milhões
Ativo líquido	R\$ 429,6 milhões
Ativo bruto	R\$ 4.670,2 milhões
Série histórica de investimentos até 2023	R\$ 1.806,5 milhões
Custo de oportunidade de capital em 2022	9,88%
Fatores Intermediários	
Despesas de administração no 2023	R\$ 24,6 milhões
Despesas com manutenção no 2023	R\$ 22,9 milhões
Outras despesas	R\$ 11,6 milhões
Segurança	
Sem feridos: 852	
Quantidade de acidentes	Com feridos: 323
	Com mortos: 48
Indicadores	
Tarifa média	R\$ 10,37
Custo por veículo ou km	R\$ 3,77

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DO ARAGUAIA S.A. - CNPJ/ME nº 15.090.690/0001-94 - NIRE 52.300.044.090

Balanço Social		
1 - Base de cálculo	2023	2022
	Valor em R\$ mil	Valor em R\$ mil
Faturamento Bruto	930.959	890.376
Receita líquida (RL)	888.044	880.689
Resultado Operacional (RO)	288.362	3.521
Folha de Pagamento bruta (FPB)	29.359	16.363
Folha de pagamento bruta - Total remunerações	29.359	16.363
Folha de pagamento bruta - Total pago a empresas prestadoras de serviços	0	0
	0	0

2 - Indicadores sociais internos	Valor em R\$ mil	% sobre RL	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	2.105	13%	926	6%	0%
Encargos sociais	5.075	31%	3.120	19%	0%
Previdência privada	234	1%	201	1%	0%
Saúde	2.696	16%	971	6%	0%
Segurança e Saúde no trabalho	81	0%	15	0%	0%
Educação	9	0%	8	0%	0%
Cultura	0	0%	0	0%	0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	37	0%	19	0%	0%
Creches ou auxílio creche	48	0%	25	0%	0%
Participação nos lucros ou resultados	1.222	7%	1.285	8%	0%
Outros	0	0%	0	0%	0%
Total - Indicadores sociais internos	11.507	70%	6.570	40%	1%

3 - Indicadores sociais externos	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Educação	5	0%	0%	0	0%	0%
Cultura	16	0%	0%	0	0%	0%
Saúde e saneamento	0	0%	0%	0	0%	0%
Esporte	70	0%	0%	0	0%	0%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0%	0%	0	0%	0%
Outros	38	0%	0%	0	0%	0%
Total de contribuições à sociedade	129	1%	0%	0	0%	0%
Total - Indicadores sociais externos	129	1%	0%	0	0%	0%

4 - Indicadores ambientais						
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária	1.055					
Investimentos em programas e/ou projetos externos	541					
Total de investimentos em meio ambiente	1.596					

5 - Indicadores do corpo funcional	337	339
Nº de colaboradores ao final do período	337	339
Tempo de serviço		
18% até seis meses	78,8% de seis meses a um ano	
15% de seis meses a um ano	58% entre um e dois anos	
4% entre dois e cinco anos	4,8% entre dois e cinco anos	
5% mais de cinco anos	4,4% mais de cinco anos	
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficiácia na utilização de recursos, a Concessionária	(X) Não possui metas	() Cumpre de 0 a 50%
	() Cumpre de 50 a 75%	() Cumpre de 75 a 100%
	() Cumpre de 0 a 50%	() Cumpre de 50 a 75%
	() Cumpre de 75 a 100%	() Cumpre de 0 a 50%

Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	2	1
Total de horas extras trabalhadas	50.190	16.838
Total de horas extras pagas	782.309	292.898
Total de INSS pagos	3.766	
Total de FGTS pago	1.309	
Total de Contribuição Sindical paga	143	88
Total de demais encargos sociais pagos	0	0
Total de ICMS recolhidos no período	0	0
Total de IR recolhido no período	10.025	129
Total de CSLL recolhidos no período	1.877	48
Total de PIS recolhidos no período	0	-88
Total de COFINS recolhidos no período	0	-539
Total de outros tributos recolhidos no período	23.715	5.419

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	

<tbl_r cells="2" ix="2" maxc

...continuação

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DO ARAGUAIA S.A. - CNPJ/ME nº 15.090.690/0001-94 - NIRE 52.300.044.090

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2023	31/12/2022		31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do período	188.781	18.671	Partes relacionadas - fornecedores	7.447	35.394
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido "com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais: Depreciações e amortizações	60.828	22.297	Impostos, taxas e contribuições a recolher	1.601	5.012
Pérdida/baixa de ativo imobilizado e do intangível	745	1.022	Pagamento de provisão para perdas civis e trabalhistas	(28)	-
Capitalização de juros	(45.296)	(7.884)	Pagamento de obrigações com poder concedente	(12.486)	(11.110)
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos, débitores e passivo de arrendamentos	82.585	26.976	Pagamento de provisão para construção de obras	(921)	(517)
Provisão e atualização monetária de provisão para perdas civis e trabalhistas	339	-	Outras contas a pagar	7.425	18.441
Atualização monetária sobre provisão para construção de obras	1.253	619	Imposto de renda e contribuição social pagos	(63.766)	(246)
Obrigações com poder concedente	12.532	11.190	Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	338.391	82.769
Tributos diferidos	15.454	2.689			
Provisão para imposto de renda e contribuição social	67.016	7.228			
Receita sobre aplicações financeiras - conta reserva	(4.356)	(604)			
Variação nos ativos operacionais:					
Clientes	(9.364)	(29.859)			
Partes relacionadas - clientes	199	(128)			
Tributos a recuperar	10.578	(9.664)			
Despesas antecipadas	1.383	(432)			
Outros créditos	(10.395)	(20.000)			
Variação nos passivos operacionais:					
Fornecedores	26.173	12.281			
Obrigações sociais e trabalhistas	664	1.393			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária Ecovias do Araguaia S.A. ("Ecovias do Araguaia" ou "Companhia"), é uma Sociedade de Propósito Específico, foi constituída em 22 de novembro de 2011, é tem por objeto social específico, único e exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário BR-153/414/080/T0/GO. O Contrato de Concessão, com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, foi assinado em 29 de setembro de 2021, e o Termo de Arrolamento e Transferência de Bens firmado em 08 de outubro de 2021, e possui prazo final em 08 de outubro de 2056. As demais informações acerca do Contrato de Concessão estão descritas na Nota 18.c). A sede da Companhia está localizada na Avenida Juscelino Kubitscheck, 500 - Jundiaí, no município de Anápolis - GO. As ações da Companhia são de titularidade da Holding do Araguaia S.A., sendo a controladora final do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, a Aurelia S.r.l., localizada na cidade de Torton - Itália. As ações da Companhia não são negociadas em Bolsa de Valores, entretanto, a Companhia possui registro na categoria "B", na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Em 12 de março de 2024, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão destas demonstrações financeiras. a) Visão ASG - Ambiental, Social e Governança (ESG - Environmental, Social and Governance na sigla em Inglês): Com o objetivo de trabalhar os temas ESG e contribuir com a Sustentabilidade do nosso negócio, o Grupo EcoRodovias, aprovou sua Agenda ESG 2030, no Conselho de Administração. Dentre dessa agenda, o Grupo EcoRodovias traça diversos compromissos, incluindo o pilar de estratégia climática, relacionada a mitigação das emissões dos gases de efeito estufa. Para maiores informações veja o Relatório Integrado 2023 da EcoRodovias. O objetivo do Grupo EcoRodovias é reduzir em 42% suas emissões de gases de efeito estufa dos escopos 1 e 2 até 2030 com relação ao ano de 2020 e em 11% as emissões de escopo 3 em relação a 2021. Para atingir essa meta, o Grupo EcoRodovias trabalhou para estabelecer os alicerces de um plano de descarbonização. Adicionalmente, o Grupo EcoRodovias possui como prática a aquisição de créditos de carbono para todas as emissões de escopo 1 (emissões diretas) e escopo 2 (aquisição de energia elétrica) que porventura não puderam ser eliminadas por suas ações de mitigação. A prática de aquisição de créditos de carbono ocorre desde 2013 e será mantida no decorrer dos próximos anos. Outro compromisso da Agenda ESG 2030 é com relação à adaptação do Grupo EcoRodovias às mudanças climáticas. Nesse tópico, o Grupo EcoRodovias já realizou estudos com simulações matemáticas para avaliação de cenários que possam impactar seus ativos, no médio e longo prazo (anos de 2030 e 2050). Os cenários avaliados incluem inundações, deslizamentos de terra, ondas de calor, entre outros. Os efeitos negativos decorrentes destes cenários foram considerados no estudo, incluindo impactos financeiros decorrentes da perda da receita (diminuição ou interrupção no fluxo de veículos, custos diretos para saneamento do evento, seguros, processos jurídicos e de multas), no caso da Companhia não adotar medidas de adaptação. Os estudos serão atualizados no ano de 2024 com o objetivo de incluir os riscos de transição nas análises, bem como as medidas de adaptação já implementadas. Os resultados desses trabalhos são incluídos dentro da metodologia de avaliação de riscos do Grupo, contribuindo com novos parâmetros para fortalecimento de ações e diminuição dos efeitos negativos decorrentes destes cenários adversos. O risco climático mais relevante está atrelado aos eventos que possam causar colapsos de infraestrutura. b) Conflito entre Rússia e Ucrânia: Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala contra a Ucrânia: Esta situação já realizou estudos com simulações matemáticas para avaliação de cenários que possam impactar seus ativos, no médio e longo prazo (anos de 2030 e 2050). Os cenários avaliados incluem inundações, deslizamentos de terra, ondas de calor, entre outros. Os efeitos negativos decorrentes destes cenários foram considerados no estudo, incluindo impactos financeiros decorrentes da perda da receita (diminuição ou interrupção no fluxo de veículos, custos diretos para saneamento do evento, seguros, processos jurídicos e de multas), no caso da Companhia não adotar medidas de adaptação. Os estudos serão atualizados no ano de 2024 com o objetivo de incluir os riscos de transição nas análises, bem como as medidas de adaptação já implementadas. Os resultados desses trabalhos são incluídos dentro da metodologia de avaliação de riscos do Grupo, contribuindo com novos parâmetros para fortalecimento de ações e diminuição dos efeitos negativos decorrentes destes cenários adversos. O risco climático mais relevante está atrelado aos eventos que possam causar colapsos de infraestrutura. b) Conflito entre Rússia e Ucrânia: Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala contra a Ucrânia: Esta situação já realizou estudos com simulações matemáticas para avaliação de cenários que possam impactar seus ativos, no médio e longo prazo (anos de 2030 e 2050). Os cenários avaliados incluem inundações, deslizamentos de terra, ondas de calor, entre outros. Os efeitos negativos decorrentes destes cenários foram considerados no estudo, incluindo impactos financeiros decorrentes da perda da receita (diminuição ou interrupção no fluxo de veículos, custos diretos para saneamento do evento, seguros, processos jurídicos e de multas), no caso da Companhia não adotar medidas de adaptação. Os estudos serão atualizados no ano de 2024 com o objetivo de incluir os riscos de transição nas análises, bem como as medidas de adaptação já implementadas. Os resultados desses trabalhos são incluídos dentro da metodologia de avaliação de riscos do Grupo, contribuindo com novos parâmetros para fortalecimento de ações e diminuição dos efeitos negativos decorrentes destes cenários adversos. O risco climático mais relevante está atrelado aos eventos que possam causar colapsos de infraestrutura. b) Conflito entre Rússia e Ucrânia: Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala contra a Ucrânia: Esta situação já realizou estudos com simulações matemáticas para avaliação de cenários que possam impactar seus ativos, no médio e longo prazo (anos de 2030 e 2050). Os cenários avaliados incluem inundações, deslizamentos de terra, ondas de calor, entre outros. Os efeitos negativos decorrentes destes cenários foram considerados no estudo, incluindo impactos financeiros decorrentes da perda da receita (diminuição ou interrupção no fluxo de veículos, custos diretos para saneamento do evento, seguros, processos jurídicos e de multas), no caso da Companhia não adotar medidas de adaptação. Os estudos serão atualizados no ano de 2024 com o objetivo de incluir os riscos de transição nas análises, bem como as medidas de adaptação já implementadas. Os resultados desses trabalhos são incluídos dentro da metodologia de avaliação de riscos do Grupo, contribuindo com novos parâmetros para fortalecimento de ações e diminuição dos efeitos negativos decorrentes destes cenários adversos. O risco climático mais relevante está atrelado aos eventos que possam causar colapsos de infraestrutura. b) Conflito entre Rússia e Ucrânia: Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala contra a Ucrânia: Esta situação já realizou estudos com simulações matemáticas para avaliação de cenários que possam impactar seus ativos, no médio e longo prazo (anos de 2030 e 2050). Os cenários avaliados incluem inundações, deslizamentos de terra, ondas de calor, entre outros. Os efeitos negativos decorrentes destes cenários foram considerados no estudo, incluindo impactos financeiros decorrentes da perda da receita (diminuição ou interrupção no fluxo de veículos, custos diretos para saneamento do evento, seguros, processos jurídicos e de multas), no caso da Companhia não adotar medidas de adaptação. Os estudos serão atualizados no ano de 2024 com o objetivo de incluir os riscos de transição nas análises, bem como as medidas de adaptação já implementadas. Os resultados desses trabalhos são incluídos dentro da metodologia de avaliação de riscos do Grupo, contribuindo com novos parâmetros para fortalecimento de ações e diminuição dos efeitos negativos decorrentes destes cenários adversos. O risco climático mais relevante está atrelado aos eventos que possam causar colapsos de infraestrutura. b) Conflito entre Rússia e Ucrânia: Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala contra a Ucrânia: Esta situação já realizou estudos com simulações matemáticas para avaliação de cenários que possam impactar seus ativos, no médio e longo prazo (anos de 2030 e 2050). Os cenários avaliados incluem inundações, deslizamentos de terra, ondas de calor, entre outros. Os efeitos negativos decorrentes destes cenários foram considerados no estudo, incluindo impactos financeiros decorrentes da perda da receita (diminuição ou interrupção no fluxo de veículos, custos diretos para saneamento do evento, seguros, processos jurídicos e de multas), no caso da Companhia não adotar medidas de adaptação. Os estudos serão atualizados no ano de 2024 com o objetivo de incluir os riscos de transição nas análises, bem como as medidas de adaptação já implementadas. Os resultados desses trabalhos são incluídos dentro da metodologia de avaliação de riscos do Grupo, contribuindo com novos parâmetros para fortalecimento de ações e diminuição dos efeitos negativos decorrentes destes cenários adversos. O risco climático mais relevante está atrelado aos eventos que possam causar colapsos de infraestrutura. b) Conflito entre Rússia e Ucrânia: Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala contra a Ucrânia: Esta situação já realizou estudos com simulações matemáticas para avaliação de cenários que possam impactar seus ativos, no médio e longo prazo (anos de 2030 e 2050). Os cenários avaliados incluem inundações, deslizamentos de terra, ondas de calor, entre outros. Os efeitos negativos decorrentes destes cenários foram considerados no estudo, incluindo impactos financeiros decorrentes da perda da receita (diminuição ou interrupção no fluxo de veículos, custos diretos para saneamento do evento, seguros, processos jurídicos e de multas), no caso da Companhia não adotar medidas de adaptação. Os estudos serão atualizados no ano de 2024 com o objetivo de incluir os riscos de transição nas análises, bem como as medidas de adaptação já implementadas. Os resultados desses trabalhos são incluídos dentro da metodologia de avaliação de riscos do Grupo, contribuindo com novos parâmetros para fortalecimento de ações e diminuição dos efeitos negativos decorrentes destes cenários adversos. O risco climático mais relevante está atrelado aos eventos que possam causar colapsos de infraestrutura. b) Conflito entre Rússia e Ucrânia: Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala contra a Ucrânia: Esta situação já realizou estudos com simulações matemáticas para avaliação de cenários que possam impactar seus ativos, no médio e longo prazo (anos de 2030 e 2050). Os cenários avaliados incluem inundações, deslizamentos de terra, ondas de calor, entre outros. Os efeitos negativos decorrentes destes cenários foram considerados no estudo, incluindo impactos financeiros decorrentes da perda da receita (diminuição ou interrupção no fluxo de veículos, custos diretos para saneamento do evento, seguros, processos jurídicos e de multas), no caso da Companhia não adotar medidas de adaptação. Os estudos serão atualizados no ano de 2024 com o objetivo de incluir os riscos de transição nas análises, bem como as medidas de adaptação já implementadas. Os resultados desses trabalhos são incluídos dentro da metodologia de avaliação de riscos do Grupo, contribuindo com novos parâmetros para fortalecimento de ações e diminuição dos efeitos negativos decorrentes destes cenários adversos. O risco climático mais relevante está atrelado aos eventos que possam causar colapsos de infraestrutura. b) Conflito entre Rússia e Ucrânia: Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala contra a Ucrânia: Esta situação já realizou estudos com simulações matemáticas para avaliação de cenários que possam impactar seus ativos, no médio e longo prazo (anos de 2030 e 2050). Os cenários avaliados incluem inundações, deslizamentos de terra, ondas de calor, entre outros. Os efeitos negativos decorrentes destes cenários foram considerados no estudo, incluindo impactos financeiros decorrentes da perda da receita (diminuição ou interrupção no fluxo de veículos, custos diretos para saneamento do evento, seguros, processos jurídicos e de multas), no caso da Companhia não adotar medidas de adaptação. Os estudos serão atualizados no ano de 2024 com o objetivo de incluir os riscos de transição nas análises, bem como as medidas de adaptação já implementadas. Os resultados desses trabalhos são incluídos dentro da metodologia de avaliação de riscos do Grupo, contribuindo com novos parâmetros para fortalecimento de ações e diminuição dos efeitos negativos decorrentes destes cenários adversos. O risco climático mais relevante está atrelado aos eventos que possam causar colapsos de infraestrutura. b) Conflito entre Rússia e Ucrânia: Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala contra a Ucrânia: Esta situação já realizou estudos com simulações matemáticas para avaliação de cenários que possam impactar seus ativos, no médio e longo prazo (anos de 2030 e 2050). Os cenários avaliados incluem inundações, deslizamentos de terra, ondas de calor, entre outros. Os efeitos negativos decorrentes destes cenários foram considerados no estudo, incluindo impactos financeiros decorrentes da perda da receita (diminuição ou interrupção no fluxo de veículos, custos diretos para saneamento do evento, seguros, processos jurídicos e de multas), no caso da Companhia não adotar medidas de adaptação. Os estudos serão atualizados no ano de 2024 com o objetivo de incluir os riscos de transição nas análises, bem como as medidas de adaptação já implementadas. Os resultados desses trabalhos são incluídos dentro da metodologia de avaliação de riscos do Grupo, contribuindo com novos parâmetros para fortalecimento de ações e diminuição dos efeitos negativos decorrentes destes cenários adversos. O risco climático mais relevante está atrelado aos eventos que possam causar colapsos de infraestrutura. b) Conflito entre Rússia e Ucrânia: Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala contra a Ucrânia: Esta situação já realizou estudos com simulações matemáticas para avaliação de cenários que possam impactar seus ativos, no médio e longo prazo (anos de 2030 e 2050). Os cenários avaliados incluem inundações, deslizamentos de terra, ondas de calor, entre outros. Os efeitos negativos decorrentes destes cenários foram considerados no estudo, incluindo impactos financeiros decorrentes da perda da receita (diminuição ou interrupção no fluxo de veículos, custos diretos para saneamento do evento, seguros, processos jurídicos e de multas), no caso da Companhia não adotar medidas de adaptação. Os estudos serão atualizados no ano de 2024 com o objetivo de incluir os riscos de transição nas análises, bem como as medidas de adaptação já implementadas. Os resultados desses trabalhos são incluídos dentro da metodologia de avaliação de riscos do Grupo, contribuindo com novos parâmetros para fortalecimento de ações e diminuição dos efeitos negativos decorrentes destes cenários adversos. O risco climático mais relevante está atrelado aos eventos que possam causar colapsos de infraestrutura. b) Conflito entre Rússia e Ucrânia: Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala contra a Ucrânia: Esta situação já realizou estudos com simulações matemáticas para avaliação de cenários que possam impactar seus ativos, no médio e longo prazo (anos de 2030 e 2050). Os cenários avaliados incluem inundações, deslizamentos de terra, ondas de calor, entre outros. Os efeitos negativos decorrentes destes cenários foram considerados no estudo, incluindo impactos financeiros decorrentes da perda da receita (diminuição ou interrupção no fluxo de veículos, custos diretos para saneamento do evento, seguros, processos jurídicos e de multas), no caso da Companhia não adotar medidas de adaptação. Os estudos serão atualizados no ano de 2024 com o objetivo de incluir os riscos de transição nas análises, bem como as medidas de adaptação já implementadas. Os resultados desses trabalhos são incluídos dentro da metodologia de avaliação de riscos do Grupo, contribuindo com novos parâmetros para fortalecimento de ações e diminuição dos efeitos negativos decorrentes destes cenários adversos. O risco climático mais relevante está atrelado aos eventos que possam causar colapsos de infraestrutura. b) Conflito entre Rússia e Ucrânia: Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala contra a Ucrânia: Esta situação já realizou estudos com simulações matemáticas para avaliação de cenários que possam impactar seus ativos, no médio e longo prazo (anos de 2030 e 2050). Os cenários avaliados incluem inundações, deslizamentos de terra, ondas de calor, entre outros. Os efeitos negativos decorrentes destes cenários foram considerados no estudo, incluindo impactos financeiros decorrentes da perda da receita (diminuição ou interrupção no fluxo de veículos, custos diretos para saneamento do evento, seguros, processos jurídicos e de multas), no caso da Companhia não adotar medidas de adaptação. Os estudos serão atualizados no ano de 2024 com o objetivo de incluir os riscos de transição nas análises, bem como as medidas de adaptação já implementadas. Os resultados desses trabalhos são incluídos dentro da metodologia de avaliação de riscos do Grupo, contribuindo com novos parâmetros para fortalecimento de ações e diminuição dos efeitos negativos decorrentes destes cenários adversos. O risco climático mais relevante está atrelado aos eventos que possam causar colapsos de infraestrutura. b) Conflito entre Rússia e Ucrânia: Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala contra a Ucrânia: Esta situação já realizou estudos com simulações matemáticas para avaliação de cenários que possam impactar seus ativos, no médio e longo prazo (anos de 2030 e 2050). Os cenários avaliados incluem inundações, deslizamentos de terra, ondas de calor, entre outros. Os efeitos negativos decorrentes destes cenários foram considerados no estudo, incluindo impactos financeiros decorrentes da perda da receita (diminuição ou interrupção no fluxo de veículos, custos diretos para saneamento do evento, seguros, processos jurídicos e de multas), no caso da Companhia não adotar medidas de adaptação. Os estudos serão atualizados no ano de 2024 com o objetivo de incluir os risc

... continuação

dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de benefícios econômicos futuros / receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. **Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão:** A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final da concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego na rodovia sob sua concessão. **Determinação das receitas de construção:** A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) Contratos de Concessão, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do poder concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção, sendo esta prática de mercado das empresas de concessão rodoviária. **Capitalização dos custos de empréstimos, financiamentos e debêntures:** Conforme descrito na Nota 3.e, a Companhia capitaliza os custos de empréstimos, financiamentos e de debêntures diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis. A taxa de capitalização é obtida dividindo-se o saldo médio de obras em andamento pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures, no encerramento de cada mês. **Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos:** A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos da ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a elas associadas. Em 31 de dezembro de 2023, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue: a) Provisão para construção de obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto de 8,72% a.a.. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base o Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC (Weighted Average Cost of Capital - WACC na sigla em inglês) calculado por consultoria externa e corroborado pela administração da Companhia.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política contábil: A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor e para utilização em compromissos de curto prazo.

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos.....	5.283	6.073
Equivalentes de caixa:		
Fundo de investimento (a).....	74.732	151.064
Operações compromissadas (b).....	124.944	-
Certificado de depósito bancário CDB (c).....	134.608	-
Aplicações automáticas (d).....	2.745	215
342.312	157.352	

(a) Fundo de investimento que se enquadra na categoria "renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador, podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda de valor. Com base em seu regulamento, o Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2023 a carteira do Fundo de investimentos era composta por 75,1% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 24,9% aplicações em Cotas de Fundo. Em 31 de dezembro de 2022 a carteira do Fundo de investimentos era composta por 95,1% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 4,9% aplicações em Cotas de Fundo. As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas à taxa de 102,8% em 31 de dezembro de 2023 (103,4% em 31 de dezembro de 2022) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remunerados à taxa de 95% do (CDI) em 31 de dezembro de 2023, sem o risco de perda significativa no valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e estão aplicadas a curto prazo sendo utilizados antes de 30 dias e não sofrem a incidência de IOF. (c) Os recursos vinculados às aplicações financeiras em CDB são remunerados à taxa média ponderada de 103,1% do (CDI) em 31 de dezembro de 2023, sem o risco de perda significativa no valor. A referida aplicação possui liquidez imediata. (d) Além das modalidades mencionadas acima, a Companhia também possui aplicações automáticas, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, a Companhia mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis. O aumento expressivo nos saldos de "Caixa e equivalentes de caixa", deve-se à liberação de empréstimos e financiamentos do BASA e BNDES, conforme evidenciado na Nota 13.

6. APlicações FINANCEIRAS

	31/12/2023	31/12/2022
Cotas Fundo - BTG CDB Plus (a).....	24.228	7.767
Cotas Fundo - FIDC_ECO (b).....	497	-
24.725	7.767	

a) Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os recursos referem-se as aplicações financeiras em Cotas de Fundo emitido pelo Banco BTG Pactual S.A. (Fundo BTG CDB Plus), remunerado à taxa média ponderada de 102,8% do CDI (103,4% em 31 de dezembro de 2022), vinculado ao fundo de investimento. A referida aplicação possui liquidez diária. b) Em 31 de dezembro de 2023, os recursos referem-se as aplicações financeiras em Cotas de Fundo de Direitos Creditórios do Grupo Ecocordovias com gestão e administração do Banco BTG Pactual S.A. (Fundo FIDC_ECO), remunerado à taxa média ponderada de 102,8% do CDI (103,4% em 31 de dezembro de 2022), vinculado ao fundo de investimento.

7. APlicações FINANCEIRAS - CONTA RESERVA - VINCULADOS

	31/12/2023	31/12/2022
Fundo de investimento.....	62.558	46.704
62.558	46.704	

Circulante..... 25.810 23.310
Não circulante..... 36.748 23.394
Os Fundos de Investimentos são remunerados à taxa média ponderada de 97,9% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (98,5% em 31 de dezembro de 2022) e reflete as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como aplicações financeiras - conta reserva por estarem vinculadas ao processo de liquidação das Debêntures da Companhia como garantia de parte do pagamento de juros e principal.

8. CLIENTES

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, pedágio eletrônico, acessos e outros serviços decorrentes das receitas acessórias. A composição está assim representada:

	31/12/2023	31/12/2022
Pedágio eletrônico (a).....	34.143	29.683
Receitas acessórias (b).....	10	-
Outras contas a receber (c).....	5.070	176
39.223	29.859	

(a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio. (b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão. (c) Representados, substancialmente, por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio recebidas na modalidade "cartão de crédito". O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	39.223	29.859
39.223	29.859	

9. OUTROS CRÉDITOS

a) Ativo circulante: O valor alocado na rubrica "Outros créditos" no ativo circulante refere-se substancialmente a custos antecipados de empréstimos, que serão reclassificados para "Empréstimos e financiamentos", quando da emissão das dívidas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Banco da Amazônia S.A. - BASA (R\$28.802 em 31 de dezembro de 2023 e R\$14.050 em 31 de dezembro de 2022).

b) Conta reserva - poder concedente

	31/12/2023	31/12/2022
Recurso vinculado	1.301.050	1.123.688
1.301.050	1.123.688	

Para atendimento ao item 8.3 do edital de concessão nº 01/2021 BR153/414/080/TO/GO, a Companhia constitui Conta de Aporte de titularidade da Concessionária e de movimentação sendo certo que, no ato de sua constituição, foram outorgados poderes para movimentação da conta aporte perante o Banco Depositário exclusivamente pela ANTT, utilizada para o depósito do montante correspondente a 3 (três) vezes o valor da outorga. O montante registrado foi de R\$1.072.617, sendo sua contrapartida na rubrica "Obrigações com poder concedente", cuja função é garantir a sustentabilidade

econômico-financeira da concessão (em caso de reequilíbrios econômico-financeiros, do resultado do Desconto do Usuário Frequent e do Ajuste Final de Resultados), cujo saldo remanescente ao final do contrato de concessão será transferido à Conta do Tesouro, de acordo com a cláusula 30.12.1 do Contrato de Concessão da Companhia. Em 26 de agosto de 2022, a conta vinculada, passou a ser conta de aplicação e receber receita de aplicações financeiras. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o montante registrado à título de "receita de aplicação financeira" é de R\$118.897, líquido de IRRF e IOF (R\$37.628 em 31 de dezembro de 2022). Adicionalmente, conforme cláusula 11 do contrato de concessão, é realizada a retenção sobre a receita bruta auferida, para eventual utilização em futuros reequilíbrios contratuais dos seguintes percentuais: 3% ao longo de todo prazo de concessão, e 7% do primeiro ao décimo ano da concessão. O montante retido no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$58.465 (R\$13.443 em 31 de dezembro de 2022).

10. IMOBILIZADO

Política contábil: O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual é vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo imobilizado.

	Máquinas e Móveis e Hardwares equipamentos utensílios	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0
Taxa média ponderada de depreciação - %	20,2	11,0
		10,2
	Custo	
Saldo em 31/12/2022	72.461	5.356
Adições.....	6.467	4.552
Baixas.....	(665)	-
Transferências.....	54	(93)
Saldo em 31/12/2023	78.317	9.815
		6.575
		94.707
	Depreciação	
Saldo em 31/12/2022	(8.611)	(170)
Adições.....	(15.200)	(829)
Baixas.....	8	-
Saldo em 31/12/2023	(23.803)	(999)
		(887)
		(25.689)
	Residual	
Saldo em 31/12/2023	54.514	8.816
Saldo em 31/12/2022	63.850	5.186
		5.982
		75.018
	Máquinas e Móveis e Hardwares equipamentos utensílios	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0
Taxa média ponderada de depreciação - %	22,8	5,3
		7,8
	Custo	
Saldo em 31/12/2021	2.140	-
Adições.....	70.433	4.274
Baixas.....	(112)	(605)
Transferências.....	-	202
Saldo em 31/1		

... continuação

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no inicio do exercício	609.000	-
Adições/custos	(5.577)	582.902
Encargos financeiros	69.096	26.098
Pagamento de juros	(42.967)	-
Saldo no fim do exercício	629.552	609.000

1ª Emissão de Debêntures: Em 04 de julho de 2022, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, a ser convolada na espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$600.000, na data de emissão, pela Companhia, as quais foram objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob regime de melhores esforços de colocação. As debêntures contam com o incentivo fiscal, para os debenturistas que adquiriram os referidos papéis, previsto no artigo 2º da Lei 12.431, no Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, na Resolução do Conselho Monetário Nacional "CMN" nº 3.947, de 27 de janeiro de 2011, na Resolução CMN nº 4.751, de 26 de setembro de 2019, sendo a totalidade dos recursos captados aplicados no custeio das despesas já incorridas nos 24 (vinte e quatro) meses anteriores à data de encerramento da oferta, no pagamento de dívidas contratadas e nos novos investimentos relativos à Concessão, tendo em vista o enquadramento do projeto ("Contrato de Concessão"), como projeto prioritário pelo Ministério da Infraestrutura, por meio da Portaria do MI nº 1.143, expedida em 30 de setembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União em 01 de outubro de 2021. A emissão é composta por 60.000 (sessenta mil) debêntures pelo valor nominal de R\$10, na data de emissão. O prazo de vencimento das debêntures será de 349 meses contados da data de emissão, vencendo-se as debêntures, portanto em 15 de julho de 2051, sendo que o pagamento do principal será realizado em 51 parcelas semestrais consecutivas, devidas sempre nos dias 15 de janeiro e julho, sendo que a primeira será devida em 15 de julho de 2026, e os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, sempre nos dias 15 de janeiro e julho, sendo o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2023. As referidas debêntures serão remuneradas pelo IPC-A+6,66% a.a. A entrada de recursos da referida debênture ocorreu em 14 de julho de 2022. O contrato requer a manutenção de certos índices financeiros ("covenants"), que serão medidos ao longo do contrato: (i) emissora: (a) EBITDA Ajustado, será apurado a partir de 2026; (b) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSd, será apurado a partir de 2034; e (ii) fiadora EcoRodovias Concessões e Serviços ("ECS") (c) Dívida líquida/EBITDA Ajustado apurado a partir da emissão. Conforme demonstrado no quadro a seguir, a Companhia está adimplente com referidos índices:

Emissão	Descrição da cláusula	Requerido	Atingido
1ª emissão	Dívida líquida Total/Ebitda ajustado ECS	≤5,5x	3,31

A Companhia está adimplente com todas as demais cláusulas restritivas do referido contrato. Os covenants não financeiros preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo

16. PARTES RELACIONADAS

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, serviços de consultoria, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora indireta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na B3 (Bolsa, Brasil, Balcão), sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3". De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's length basis*).

Conforme demonstrado no quadro a seguir, a Companhia está adimplente com referidos índices:

Objeto	Companhia	Natureza	Contrato (se aplicável)		Montantes envolvidos				Outras Informações				Posição	
			Data inicio	Data final	Total	A realizar	Ativo	Passivo	Vencimento	Custo	Despesa	Intangivel	Garantias	
a)	Ecorodovias	Controladora												
a)	Concessões e Serviços.	Indireta	01/01/2023	31/03/2024	26.468	-	-	1.576	Em até 45 dias	7.390	10.002	9.888	N/A	Devedor
b)	ICCR 153 S.A.	Outras partes relacionadas	18/10/2021	15/01/2057	3.809.158	3.407.786	-	46.608	Em até 45 dias	-	-	111.437	N/A	Devedor
c)	Concessões e Serviços.S.A.	Indireta	-	-	-	-	2	294	Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Devedor
c)	Holding do Araguaia S.A.	Controladora	-	-	-	-	25	Em até 45 dias	-	-	-	-	N/A	Devedor
c)	Conc. Ayrton Senna & Carvalho Pinto - Ecopistas	Outras partes relacionadas	-	-	-	-	8	Em até 45 dias	-	-	-	-	N/A	Devedor
Total em 31 de dezembro de 2023							2	48.511		7.390	10.002	121.325		
Total em 31 de dezembro de 2022							201	41.064		5.255	20.402	263.629		

a) Prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. b) Prestação de serviços de execução das obras de conservação, manutenção, melhorias e ampliação da rodovia BR-153/414/080/T0-GO. c) Repasses de despesas entre as unidades. Remuneração dos administradores: Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, previdência privada e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas". Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensiones, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Em 18 de abril de 2023, a Assembleia Geral Ordinária definiu a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2023 em R\$2.614. A Administração da Companhia convocará AGO dentro dos primeiros quatro meses do ano de 2024, para entre outras coisas, deliberar sobre a remuneração dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024. Adicionalmente, na mesma AGO, a Administração proporá aos acionistas a reificação do valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 para R\$2.802, o qual foi efetivamente pago e refletido nas demonstrações financeiras.

A remuneração provisionada aos administradores no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração (fixa/variável)	1.875	1.528
Remun. com base em ações (Phantom Stock Option/Restricted Stock)	261	4
Seguro de vida	4	4
Assistência saúde	124	92
Previdência privada	67	41
FGTs	104	74
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo Prazo - ILP (Phantom Stock Option - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS))	367	267
	2.802	2.006

17. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO

Os valores provisionados como obras futuras em contrapartida ao ativo intangível são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia. Os valores são ajustados a valor presente a taxa de 8,72% ao ano, que corresponde ao Custo Médio ponderado de Capital - CMPC (Weighted Average Cost of Capital - WACC na sigla em inglês) da concessionária. Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33, em que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a companhia devem estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais. A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022	(Intangível)	Paga-mento	Efeito	31/12/2023
Constituição da provisão para obras futuras.....	13.394	-	-	-	-	13.394
Efeito do valor presente sobre constituição.....	(1.404)	-	-	-	-	(1.404)
Realização da construção.....	(517)	-	(921)	-	-	(1.438)
Ajuste a valor presente realizações.....	619	-	-	784	1.403	619
Atualização Monetária.....	4.560	-	-	469	5.029	4.560
Circulante.....	16.652	-	(921)	1.253	16.984	16.652
Não circulante.....	16.038	-	-	-	-	16.038
	876		614			876
	11.114		16.038			11.114

	31/12/2021	(Intangível)	Paga-mento	Efeito	31/12/2022
Constituição da provisão para obras futuras.....	13.394	-	-	-	13.394
Efeito do valor presente sobre constituição.....	(1.404)	-	-	-	(1.404)
Realização da construção.....	-	(517)	-	-	(517)
Ajuste a valor presente - realizações.....	-	-	619	619	619
Atualização Monetária.....	-	4.560	-	-	4.560
Circulante.....	11.990	4.560	(517)	619	16.652
Não circulante.....	11.114	-	-	-	11.114

	31/12/2023	31/12/2022
Taxa de Fiscalização (a).....	1.040	994
Conta reserva (b).....	1.301.050	1.1

...continuação

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DO ARAGUAIA S.A. - CNPJ/ME nº 15.090.690/0001-94 - NIRE 52.300.044.090

23. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras.....	28.457	46.819
Outras receitas financeiras	377	278
	<u>28.834</u>	<u>47.097</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures (Nota 14).....	(40.174)	(21.276)
Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 13)	(9.137)	-
Variação monetária sobre debêntures (Nota 14)	(28.068)	(3.250)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos (Nota 13)	(2.678)	-
Amortização de custo com emissão de debêntures (Nota 14)	(854)	(1.572)
Ajuste a valor presente sobre provisões para construção de obras (Nota 17)	(1.253)	(619)
Atualização monetária da provisão para contingências diversas (Nota 19)	(61)	-
Pis e Cofins sobre receitas financeiras.....	-	627
Juros sobre arrendamentos - CPC06 (R2) (Nota 15)	(1.674)	(878)
Juros Capitalizados	45.296	7.884
Outras despesas financeiras	(7.342)	(2.946)
	<u>(45.945)</u>	<u>(22.030)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(17.111)</u>	<u>25.067</u>

24. LUCRO POR AÇÃO

a) **Lucro básico:** O lucro básico e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	188.781	18.671
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	<u>1.922.551</u>	<u>1.922.551</u>
Lucro básico por ação das operações continuadas	<u>0,10</u>	<u>0,01</u>

b) **Lucro diluído por ação:** A Companhia não possui dívida conversível em ações, dessa forma, não há diferença do Lucro Básico apresentado acima.

25. GERENCIAMENTO DE RISCO

Gestão de capital: O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia. A Companhia revisa anualmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados.

Índice de endividamento

	31/12/2023	31/12/2022
Dívida (a)	2.441.122	1.775.283
Disponibilidade (b)	(1.705.920)	(1.327.744)
Dívida líquida	735.202	447.539
Patrimônio líquido (c)	2.024.902	1.937.373
Índice de endividamento líquido.....	0,36	0,23

a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, debêntures, passivo de arrendamento e obrigações com poder concedente circulante e não circulante, conforme detalhado nas Notas 13, 14, 15 e 18; b) Disponibilidade é definida como caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras - conta reserva e conta reserva poder concedente, curto e longo prazo, conforme detalhado nas Notas 5, 7 e 9; c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital. **Considerações gerais:** • A Administração da Companhia elige as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de analisar a melhor estratégia de limites para a alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como custo amortizado. • Aplicações financeiras: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa, operações compromissadas e certificado de depósito bancário (CDB), remunerados a taxa média ponderada de 99,9% do CDI em 31 dezembro 2023 (102,3% do CDI em 31 dezembro 2022), refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. • Clientes e Fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. • Debêntures, passivo de arrendamento e obrigações com poder concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, mensurados pelo custo amortizado.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Membros Efetivos

MARCELLO GUIDOTTI (Presidente do CA)
ROBERTO BORGES PAIVA
MAURO OLIVEIRA DIAS
DANILLO DE MATOS MARCONDES
RODRIGO JOSÉ DE PONTES SEABRA MONTEIRO SALLES

Membros Suplentes

DANI AJBESZYK

Aos Administradores e Acionistas

Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Ecovias do Araguaia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Ecovias do Araguaia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio (Nota 3(f) e 21)

A receita da Companhia é gerada por um grande volume de transações de baixo valor individual, decorrente de passagem de usuários pelas praças de pedágio da rodovia administrada pela Companhia. Essas transações são controladas por sistema de passagem próprio que são posteriormente sumarizadas e inseridas nos sistemas financeiro e contábil da Companhia. Os valores das tarifas de pedágio são pactuados e readjustados anualmente baseados no contrato de concessão.

Essa área foi considerada como umas das principais em nossa auditoria em virtude da relevância da receita de arrecadação de pedágio, do grande volume de transações em distintas praças de pedágio, bem como dos processos que suportam o reconhecimento da receita.

Redução ao valor recuperável do ativo intangível - contratos de concessão (Notas 3(b) e 11)

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tem registrado em seu ativo intangível o montante de R\$ 2.754.558 mil referente ao valor contábil dos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com o contrato de concessão. Esses investimentos possuem expectativa de recuperação ao longo da concessão, baseada no recebimento de pedágio por parte dos usuários.

A capacidade de recuperação desse ativo é avaliada com base em projeções descontadas a valor presente dos fluxos de caixa futuros, com alto grau de julgamento em relação às estimativas e premissas consideradas pela administração que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Entre as premissas que mais impactam o valor recuperável constam as perspectivas de crescimento, os ajustes tarifários, a estimativa de investimentos e a taxa de desconto utilizada. Variações nesses julgamentos e premissas podem trazer impactos relevantes nas referidas estimativas e, consequentemente, nas demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Valor justo de ativos e passivos financeiros: Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2023 são como segue:

Classificação - Custo amortizado	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:		
Caixa e equivalentes de caixa (a)	342.312	342.312
Clientes (b)	39.223	39.223
Aplicações financeiras (a)	87.283	87.283
Outros Créditos - conta reserva - poder concedente (c)	1.301.050	1.301.050
Passivos:		
Fornecedores (b)	47.069	47.069
Empréstimos e financiamentos (d)	470.998	467.282
Debêntures (d)	629.552	616.528
Passivo de arrendamento (d)	38.482	41.435
Obrigações com poder concedente (c)	1.301.050	1.301.050
Obrigações com poder concedente (d)	1.040	1.040

Classificação - Valor justo através do resultado

Classificação - Valor justo através do resultado	Saldo contábil	Valor justo
Phantom Stock Option e Phantom Restricted Stock (e)	316	316

a) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa e de aplicações aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços. b) Os saldos das rubricas de "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento em até 45 dias, portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia. c) O valor refere-se a: (i) conta de Aporte de titularidade da Companhia e de movimentação restrita, aberta perante o Banco Depositário e movimentada somente com autorização da ANTT, utilizada para o depósito do montante correspondente a 3 (três) vezes o valor da outorga e aproxima-se do valor justo na data do balanço, e (ii) da retenção de 10% da receita da Companhia, destinadas para a Conta do Ajuste, a serem utilizadas eventualmente como mecanismo de reequilíbrio econômico-financeiro ao longo do contrato de concessão, conforme cláusulas contratuais. d) As obrigações com empréstimos e financiamentos, debêntures, passivo de arrendamento e poder concedente relativas a verba de fiscalização, estão registradas ao custo amortizado na data do balanço. e) O valor do *Phantom Stock Option* e *Phantom Restricted Stock* estão registrados na rubrica obrigações sociais e trabalhistas.

Gestão de riscos: A estratégia de gestão de riscos envolve quatro linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Insegurança regulatória e política do contrato de concessão; rentabilidade dos ativos e vulnerabilidades climáticas;
Operacional	Concorrência nas áreas de concessão, segurança ou interdição de infraestrutura existente, cibersegurança e paralisação dos sistemas de infraestrutura críticos, capital humano, gestão da cadeia de suprimentos e subcontratados, cumprimento dos contratos de concessão e segurança viária;
Financeiro	Risco de mercado, crédito, e premissas e estimativas contábeis e de planejamento financeiro;
Compliance	Corrupção, fraude, integridade e não conformidade com regulamentações do setor.

No Grupo Ecovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada e Operacional). A estratégia formulada pelo Grupo Ecovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamentada no princípio de que essa se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares: a Gestão Holística - Nível Macro - tem caráter eminentemente estratégico, pois está intrinsecamente ligada a questões como missão, visão e objetivos empresariais, ambiente regulatório e competitivo, e capacidade financeira, visando também a compreensão integral dos riscos: considera o potencial impacto de todos os tipos de riscos sobre todos os processos, atividades, stakeholders, produtos e serviços. A Gestão Individualizada - Nível Micro - contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de riscos, principalmente vinculados aos processos da organização. Com relação a avaliação de riscos considera-se a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos. As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Conformidade Legal, Socioambiental, Reputacional e



'Se queremos progredir, não devemos repetir a história, mas fazer uma história nova.' – Mahatma Gandhi

Café da Manhã

ULISSES AESSE

ulissesaessee6@gmail.com



Popularidade

O presidente Lula (foto) quer agora a volta de sua antiga popularidade, isto é, de alguns meses atrás. Já mexe estrategicamente em setores onde estão e estavam sendo rechaçado. O agronegócio é um deles.

Visitas

Resta saber se em suas visitas, onde o agronegócio, é forte, principalmente no Centro-Oeste, o presidente virá, também, à Goiás.

Agenda

Lula, segundo sua assessoria, já teria agendando essas visitas, que devem começar na semana que vem.

Agressão

O advogado goiano que quebrou alguns dentes de um entregador do ifood pagou uma fiança de R\$ 100 mil. Se condenado, pode pagar bem mais.

Voador

A Embraer já tem a encomenda de mais de três mil 'carros voadores'.

Atenção

Cresce no Brasil a incidência de câncer no pênis, levando, inclusive, à mutilação completa do órgão.

Barrados

Vexatória a imagens de parlamentares brasileiros proibidos de entrar no Congresso norte-americano. Um tanto quanto ridículo.

Não precisava

Como se diz, não precisavam passar por essa. Não mesmo!

Idade

Um problema que anda complicando a reeleição de Joe Biden é, também, a sua idade. O veterano presidente dos EUA tem mais 81 anos.

Dividido

Essa polarização política está acabando com o Brasil. Por aqui, nada flui e a economia cada vez mais patina.

'SÃO TEMPOS MUITO DOENTES, EM QUE A DEMOCRACIA, QUE FOI UMA CONQUISTA DA HUMANIDADE NESSE CAMINHAR NOSSO [...] QUE ISSO SEJA USADO EM DISTRIMENTO E CONTRA AS PRÓPRIAS PESSOAS. SOBRE ESSAS MENTIRAS TODAS CRIADAS – E NO CASO DE GOLPE, QUE É GRAVÍSSIMO [...] E SÓ ESTAMOS FALANDO DISSO PORQUE O GOLPE NÃO DEU CERTO. SE TIVESSE [DADO CERTO], EU POR EXEMPLO SERIA UM DOS ALVOS PREFERENCIAIS. MINISTRA DO STF, CARMEN LÚCIA'

EUA insistem, de novo, em ser donos do TikTok

A proposta é mesmo de mão única. Ou seja, o governo norte-americano quer obrigar o TikTok a ser vendido para eles, para assim poder permanecer sendo acessado no País. Caso contrário, terá que deixar de ser disponibilizado pelas marcas como Apple, Google e os usuários norte-americanos não poderão ter acesso ao TikTok. Há tempo que os Estados Unidos querem ter o controle total do aplicativo chinês, como já tem de outros bigs aplicativos como o facebook, o instagram, o X e o whatsapp. Mas não conseguiu. Agora, o Congresso norte-americano votou e aprovou uma lei obrigando o TikTok a se 'tornar' americano. A justificativa absurda é que nas mãos de seu adversário econômico, no caso, a China, o TikTok é um grande perigo para os EUA. Como se o facebook, instagram, o X e o whatsapp não o fossem, também, para as outras nações. Nessa, os EUA deram uma grande mancada.



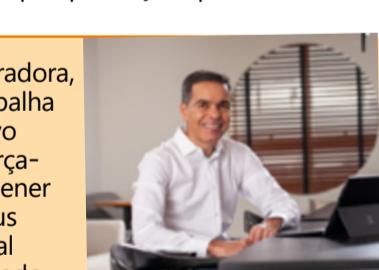
Live para vender mais barato

As influenciadoras Nayara Avilar e Josy Dias apresentam hoje, às 19h, a Super Live do Consumidor do Fujioka. É uma programação do grupo especialista em Informática e Tecnologia, com promoções ao longo do mês nas lojas físicas e, também, no site. Serão mais de 20 produtos selecionados para esta data e as ofertas podem passar de 70% de desconto. A live será no YouTube e Instagram da varejista.



Professor Alcides recebe apoio de partidos

Vários partidos como o Avante, Republicanos, Mobiliza e DC oficializaram, na última segunda-feira, na Shalom Eventos, em Aparecida, apoio ao deputado, professor Alcides, pré-candidato à Prefeitura de Aparecida. A contribuição do senador Wilder Moraes e dos deputados José Nelto, Gustavo Gayer e Leda Borges fortalecem essa aliança. A presença dos deputados Paulo Cesar Martins, Eduardo Prado, André do Premium e Anderson Teodoro reforçam, também, a pré-campanha. O evento contou com vereadores de Aparecida de Goiânia e de Goiânia, além de lideranças políticas. Professor Alcides agradeceu a todos os vereadores pela presença e apoio coletivo.



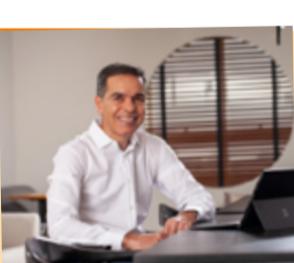
- O diretor da Opus Incorporadora, Dener Justino (foto), já trabalha o lançamento do mais novo residencial da empresa, terça-feira que vem, às 13h30, Dener comanda, no canal da Opus no YouTube, meeting virtual para profissionais do mercado imobiliário, no qual apresenta 'a quinta torre que integrará a Reserva Ybiti, no alto do Setor Bueno'.

- Esse caso, da quebra da Lojas Americanas, já virou uma novela no Brasil. Seus controladores, cada vez mais ricos, e os acionistas, quase todos, desesperados.

- Na Argentina tem mais brasileiro fazendo 'Medicina' do que os próprios argentinos. O pior de tudo é que presidente Javier Milei promete interferir nessa realidade.

- Mais de um milhão de casos da dengue com quase 500 mortos. A verdade é que o governo federal negligenciou a doença.

- Finalmente, irmãos, tudo o que for verdadeiro, tudo o que for nobre, tudo o que for correto, tudo o que for puro, tudo o que for amável, tudo o que for de boa fama, se houver algo de excelente



APARECIDA DE GOIÂNIA

Vilmar Mariano quer investir R\$ 505 milhões em obras



Vilmar Mariano: pavimentação asfáltica em todos os bairros

REDAÇÃO

O 42º Mutirão de Aparecida, ofertará mais de 100 serviços públicos nos dias 15 e 16, sábado e domingo próximos, na Vila Maria e região. O evento é a primeira edição de 2024, e beneficiará seis bairros e 40 mil pessoas. Nesta semana as equipes da prefeitura estão na Região da Vila Maria executando serviços de manutenção das ruas e praças dos bairros que compõem a região como Cândido de Queiroz, Mont Serrat, Jardim Bonança, Parque Santa Cecília, Vila Maria e Parque América.

Na terça-feira (12), o prefeito Vilmar Mariano levou seu gabinete para o local, onde ouviu as demandas e dialogou com moradores e comerciantes locais.

Em reunião com empresários e lideranças comunitárias na Vila Maria, Vilmar comunicou que em breve diversas obras iniciarão no município.

"Eu vou colocar agora, na semana que vem ou na outra, 505 milhões em obras. Só bairros que serão asfaltados: Cristal, Rosa do Ventos, Rosa do Sul, Santa Luzia, Conde dos Arcos, 70% do Buriti Sereno, Vila Romana, Delfiori e Jardim Cascata. Mas vamos asfaltar que jeito Vilmar? Já tá com ordem de serviço e o dinheiro na conta esperando o período chuvoso parar pra gente entrar", afirmou o gestor.

Vilmar ainda disse que a construção da ponte que liga o Cândido de Queiroz com o Cândido de Queiroz 2 está no pacote de serviços, "o Antonio Ribeiro e o Rogério me cobraram esse sonho antigo". "Vamos fazer 12 ligações importantes agora. Três grandes pontes na cidade onde fizeram o asfalto, mas não fizeram a ponte para dar acesso aos outros bairros. Faremos ainda, dois novos eixos na ordem de R\$ 48 milhões", disse.

MINISTÉRIO PÚBLICO

Ivana Farina e Benedito Torres indicados para vaga do STJ



Ivana Farina Pena e Benedito Torres Neto: indicações

ROTA JURÍDICA

Em sessão extraordinária nesta segunda-feira (11/3), o Conselho Superior do Ministério Público de Goiás (CSMP) definiu os dois nomes que serão indicados pela instituição para concorrer à composição da lista visando ao provimento de vaga destinada ao Ministério Público no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Por unanimidade, o CSMP decidiu indicar a procuradora

de Justiça Ivana Farina Navarrete Pena e o procurador Benedito Torres Neto para disputar a vaga no tribunal superior, nesta ordem, tendo em vista o critério determinado pelo STJ, que é o de antiguidade na carreira.

O promotor de Justiça Haroldo Caetano da Silva, que havia se inscrito na disputa, apresentou renúncia à inscrição.

A Procuradoria-Geral de Justiça tem prazo até sexta-feira (15/3) para encaminhar a lista com os dois nomes.



Fio Direto

Gercyley Batista

gercyley@gmail.com

Mais tempo

O governador Ronaldo Caiado (UB) só deve retornar às discussões públicas sobre as eleições em Goiânia, próximo do dia 5 de abril, quando será encerrada a janela partidária.

Sempre tem

Geralmente, é na tarde do último dia da janela partidária que ocorrem as transferências partidárias que causam as maiores surpresas: será que este ano temos alguma em Goiânia?

De novo

Nos bastidores, o nome do ex-governador Marconi Perillo (PSDB) volta a circular como possível pré-candidato à Prefeitura de Goiânia, fato que ele nega veementemente.

Focado em 2026

O ex-governador diz que está focado na disputa pelo governo de Goiás em 2026, e que não tem interesse em concorrer à prefeitura da Capital, mas, sabe como é, né?

Só relembrando

Em 2004, o ex-governador, ex-ministro e ex-senador Iris Rezende (MDB), após derrotas para o governo, 98/2010 e para o Senado em 2002, foi eleito prefeito de Goiânia.

No peito e na raça

E por falar em PSDB, o pré-candidato a prefeito, jornalista Matheus Ribeiro, disse que não quer marqueteiro em sua campanha.

Por falar nisso

Há uma série de marqueteiros de outros estados anunciando que vão assessorar pré-candidatos a prefeito em Goiânia, porém, o histórico de profissionais de fora, geralmente, é ruim.

Prata da casa

Desde a campanha eleitoral de 1992, os marqueteiros locais têm colhido mais vitórias que os especialistas em marketing de outros estados.

Mau sinal

Empresa que administra o WhatsApp, a Meta, reduziu as verbas destinadas para checagens de conteúdo de desinformação na plataforma em pleno ano de eleição.

Bom estar de olho

Até o momento, são poucas as equipes e coordenações políticas atentas à possibilidade de monitoramento de conteúdo falso e calunioso no WhatsApp.

Sem volta

Após uma informação falsa ser publicada em um grupo de WhatsApp, é praticamente impossível represar a sua divulgação e compartilhamento: isso deveria preocupar.

Apesar dos contratempos, Vanderlan segue candidato



Não há riscos para uma alternativa diferente da indicação de Vanderlan Cardoso (PSD) como pré-candidato a prefeito de Goiânia nas eleições deste ano, pelos menos, é a informação de aliados do senador. Mesmo com as movimentações do vereador Lucas Kitão, que afirmou a intenção de disputar prévias no partido, não há um fator determinante que ameace o projeto de Vanderlan que, provavelmente, anunciará seu projeto político, em Goiânia, no final deste mês. No próprio PSD, há muito burburinho sobre as ações de Lucas Kitão serem mais midiáticas, para posicionar sua imagem na eleição deste ano, do que uma intenção realmente focada na disputa pelo executivo goianiense, o que seria bastante normal. Porém, este desalinhamento chega em um momento sensível da pré-campanha do senador, que mesmo liderando em algumas pesquisas, continua muito próximo de seus concorrentes, orbitando apenas diferenças percentuais nos limites das margens de erro dos levantamentos quantitativos. A deputada Adriana Accorsi (PT) e o deputado Gustavo Gayer (PL) seguem de perto, dentro do universo de eleitores que já definiram seus votos (em torno de 14 a 16% dos eleitores goianienses). Outra informação que parte de dentro do PSD, é que o partido não deve antecipar nenhum anúncio sobre a eleição deste ano, tudo deve seguir conforme a agenda política do senador Vanderlan, que só aguarda o anúncio de recursos oriundos de emendas parlamentares para entrar, em definitivo, no calendário pré-eleitoral. Vanderlan, também, evita comentar as ações de Kitão no partido.

Em Rio Verde, Paulo do Vale mostra força e une base

Após alguns dias de intenso debate, o prefeito de Rio Verde, Paulo do Vale (UB) conseguiu reconstruir a aliança de forças do MDB local, que estava dividido. A deputada federal Marussa Boldrin (MDB), o deputado estadual Lucas do Vale (MDB) e o pré-candidato a prefeito, Wellington Carrijo (MDB), saíram fortalecidos da articulação, com os projetos eleitorais das três lideranças devidamente conversados. Quem também sai fortalecido é o vice-governador Daniel Vilela (MDB), que também participou das articulações. O ex-deputado José Mário Schreiner também atuou profundamente para a construção destas alianças.



CAMPOS VERDES

Dr. Rogério lidera com 55% dos votos na disputa a prefeito



Dr. Rogério: líder com folga em Campos Verdes

REDAÇÃO

Na mais recente pesquisa estimulada sobre as eleições municipais em Campos Verdes, o pré-candidato Dr. Rogério desponta como favorito, conquistando impressionantes 55,00% de intenção de votos. Em um distante segundo lugar, figura o atual vice-prefeito Wallas Correia, com 11,43%, seguido por Wingleison, com 6,43%, Noé, com 3,57%, e Vilmar da Cerâmica, com 3,21%.

Outro aspecto crucial revelado pela pesquisa é a influência do atual prefeito Haroldo Naves nas eleições. Um expressivo 65% dos moradores afirmaram que votariam em um candidato apoiado por Naves. Além disso,

em um confronto direto, o Dr. Rogério teria 65,71% e Wallas 16,43%.

A pesquisa, conduzida de forma quantitativa, foi realizada em 08/03/2023, abrangendo entrevistas pessoais em domicílio e em pontos de fluxo, a margem de erro é de 4,7% para mais ou para menos. Com um plano amostral meticuloso, que incluiu ponderações quanto a sexo, idade, grau de instrução e nível econômico, foram entrevistadas 280 pessoas, garantindo uma representatividade do eleitorado de Campos Verdes/GO.

O registro da pesquisa foi realizado sob o número GO-02556/2024.

GOIÁS SOCIAL MULHER

Vapt Vupt realiza 3 mil atendimentos



Governo de Goiás: justiça social e cidadania

REDAÇÃO

As equipes do Vapt Vupt realizaram três mil atendimentos durante os cinco dias da ação Goiás Social Mulher, promovido pelo Governo de Goiás para celebrar o Dia das Mulheres, na última semana.

O serviço do Vapt Vupt mais procurado durante o evento foi o atendimento para CPF, com 1.033 atendimentos. Em seguida, a emissão da carteira de identidade nacional (CIN), em que 922 pessoas solicitaram o documento. Com a nova CIN, o número de identificação passa a ser o CPF, o que obriga o cidadão a regularizar o documento.

O evento foi uma edição especial da ação Goiás Social, com oferta de serviços voltados para o público feminino, e ultrapassou a marca de 156 mil atendimentos. Mais de 215 mil pessoas circularam pelos espaços das diversas secretarias em busca de atendimentos para serviços do Governo de Goiás.

O Vapt Vupt ofereceu os serviços mais requisitados nas agências, como atendimentos para RG, CPF, Detran, Ipasgo, Goiasprev e multifuncional.

A equipe do Vapt Vupt também foi responsável pela distribuição de quatro mil senhas para realização dos sorteios das geladeiras para as mulheres inscritas no programa MÃes de Goiás.

A iniciativa, organizada pelo Gabinete de Políticas Sociais (GPS) e coordenada pela primeira-dama Gracinha Caiado, reuniu 15 órgãos estaduais e parceiros, com oferta de 40 serviços gratuitos em um único local - na Praça Cívica.

Além dos serviços do Vapt Vupt, durante os cinco dias de evento foram realizados cadastramentos para benefícios sociais; entregas de cartões de programas como MÃes de Goiás e Goiás Por Elas; atendimentos da Defensoria Pública, além de espaço de beleza e autocuidado, entre outros serviços.

VISITA TÉCNICA

Juíza realiza visita técnica na unidade prisional de Valparaíso

O objetivo da visita foi conhecer de perto as principais demandas dos presos e da direção da unidade

REDAÇÃO

A juíza Christiana Aparecida Nasser Saad, da Vara Criminal da comarca de Formosa e integrante do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário de Goiás (GMF-GO), realizou uma visita técnica na unidade prisional de Valparaíso de Goiás. O objetivo da visita foi conhecer de perto as principais demandas dos presos e da direção da unidade, que atualmente abriga cerca de 220 detentos.

Para a magistrada, essas inspeções são fundamentais para o Poder Judiciário entender as necessidades reais das unidades prisionais. "É por meio dessas inspeções que conseguimos ter uma dimensão real do que acontece atrás dos muros da unidade prisional e também encontramos as melhores soluções para os problemas, que muitas vezes são comuns em diversas unidades prisionais do Estado", destacou a juíza Nasser Saad.

Demandas

Durante a visita, a juíza constatou que as principais demandas dos reeducandos estão relacionadas à área da saúde e ao cálculo de pena. "As



Durante a visita, a juíza constatou que as principais demandas dos reeducandos estão relacionadas à área da saúde e ao cálculo de pena

demandas se concentraram na necessidade de atendimento básico especializado e em questões relativas ao cálculo de pena. Com essas demandas levantadas, o GMF trabalha para resolvê-las da melhor forma e

o mais rápido possível, a fim de fornecer uma resposta efetiva às pessoas privadas de liberdade", explicou a magistrada.

Além da juíza Christiana Nasser Saad, participaram da visita o diretor da unidade pri-

sional de Valparaíso de Goiás, Pedro Nogueira, a coordenadora da 3ª Regional do Sistema Prisional, Andréia Figueiredo dos Santos, e os servidores do GMF, Leandro Pereira Cardoso e Laura Albuquerque Vascon-

celos. A presença desses profissionais reforça o compromisso das autoridades em garantir a transparência e a eficiência no sistema prisional, buscando constantemente melhorias para a comunidade carcerária.

Governo de Goiás convoca 1.146 na segunda chamada do ProBem

Estudantes atendidos pelo ProBem são convocados conforme ordem no Índice Multidimensional de Carência das Famílias

OVG

O Governo do Estado, por meio da Organização das Voluntárias de Goiás (OVG), divulgou, esta semana, a segunda chamada para 1.146 estudantes em vulnerabilidade social que estavam no cadastro de reserva da última seleção do Programa Universitário do Bem (ProBem), uma iniciativa do Goiás Social.

A divulgação dos aprovados é realizada por meio do site da OVG - Central do Bolsista - e contempla 818 alunos de cursos gerais; 235 de cursos prioritários; 70 de medicina e 23 de odontologia. A assinatura do termo de adesão e a confirmação da matrícula pela instituição de ensino superior deve ser feita eletronicamente até 22 de março.

De acordo com a presidente de honra da OVG e coordenadora do Goiás Social, primei-



Com os novos bolsistas, o ProBem passa a atingir diretamente 14.600 contemplados em todo o estado de Goiás

ra-dama Gracinha Caiado, a convocação dos estudantes do cadastro de reserva está prevista no edital de seleção. "Nosso objetivo é ajudar as famílias que mais precisam com opor-

tunidades para a inclusão no mercado de trabalho por meio do ensino superior. O ProBem leva esperança e impulsiona ainda mais a educação em Goiás", diz.

Após a assinatura do termo de adesão, o estudante já será beneficiário do ProBem e deverá entrar na Central do Bolsista para programar seu Banco de Oportunidades.

No decorrer do semestre, o universitário deverá realizar cursos, capacitações e ações sociais até completar a pontuação exigida e manter aproveitamento acadêmico mínimo de 75%.

Com os novos bolsistas, o ProBem passa a atingir diretamente 14.600 contemplados em todo o estado de Goiás. Atualmente, a iniciativa beneficia estudantes de 234 municípios ou distritos goianos. São 76 cursos diferentes em 99 Instituições de Ensino Superior (IES). Desde 2019, são mais de 44 mil universitários amparados pelo programa.

As dúvidas sobre o ProBem podem ser esclarecidas pelos telefones: (62) 3270-8500 (região metropolitana), 0800 062 9413 (interior) ou ainda pelo WhatsApp (62) 99641-6090. O atendimento é de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h.

PROJETO

61 fossas sépticas são entregues para assentamento de Cristalina

O projeto, cujo investimento foi de R\$ 750 mil, foi feito com recursos do Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH) Paranaíba

SEMAD

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Goiás (SEMAD) participou da entrega de 61 fossas sépticas, sistemas individuais de tratamento de esgoto, para o assentamento Vitória, em Cristalina. O projeto, cujo investimento foi de R\$ 750 mil, foi feito com recursos do Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH) Paranaíba. "Essa entrega traz mais saúde, mais dignidade para a população e, obviamente, qualidade de vida para quem mora aqui", disse o subsecretário de Biodiversidade, Unidades de Conversação e Segurança Hídrica da SEMAD, Jorge Werneck, que representou a pasta no evento.

De acordo com o subsecretário, a entrega representa o sucesso da cobrança pelos usos de recursos hídricos na bacia do Paranaíba. "Esse pagamento retorna para benefício das pessoas que habitam nessas bacias, trazendo mais qualidade e quantidade de água", acrescentou Werneck. A cobrança é uma remuneração pelo uso de um bem público,



FOTO: SEMAD

O prefeito de Cristalina, Daniel Sabino, avalia o investimento como importante para a saúde da comunidade do assentamento Vitória

com preços fixados a partir de pacto entre usuários da água, sociedade civil e o poder público, por meio dos CBHs.

O prefeito de Cristalina, Daniel Sabino, avalia o investimento como importante para a saúde da comunidade do assentamento Vitória. Para Sabino, a cobrança pelo uso da água é importante, se conduzida de forma técnica, como tem

sido feito. "Essa contribuição permite que possam acontecer projetos como este que foi feito aqui em Cristalina", disse.

O presidente do CBH Paranaíba, João Ricardo Raiser, explica que a cobrança é feita, atualmente, sobre as captações e lançamentos de efluentes na parte federal da bacia. De acordo com Raiser, o comitê arrecada R\$ 22 milhões

por ano atualmente, valor que é destinado para execução de obras como o projeto de saneamento rural que beneficiou cerca de 250 pessoas em Cristalina. "A expectativa é de que, em Goiás, com o início da cobrança nos rios sob domínio do Estado, a arrecadação seja de aproximadamente R\$ 50 milhões em 2025. Esse montante será destinado para

a melhoria das condições das bacias e na segurança hídrica dos usos".

COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA

A cobrança pelos usos de recursos hídricos de domínio da União e dos Estados é um dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei 9.433/1997. A cobrança tem como objetivo reconhecer a água enquanto bem econômico e fornecer ao usuário uma indicação real de seu valor, além de incentivar o uso racional da água. Quem paga essa cobrança são os usuários que captam quantidades expressivas de água bruta ou que lançam efluentes nos corpos hídricos.

O recurso recebido por meio da cobrança vai primeiro para a Agência Nacional de Água e Saneamento (ANA), que repassa às agências de águas de cada CBH o valor arrecadado na bacia. A partir daí o comitê delibera sobre como será feita a aplicação, e, sob responsabilidade da entidade executiva, o recurso é destinado para a execução dos projetos.

Lei obriga que a Saúde divulgue direitos de pacientes com câncer

Projeto do deputado estadual Amilton Filho amplia acesso a benefícios, por vezes desconhecidos, e combate informações falsas

SEMAD

Além das preocupações com a saúde, tanto física quanto mental, os pacientes oncológicos podem se deparar com problemas financeiros, já que a doença pede tratamentos em locais específicos, consultas com especialistas, exames, uso de medicamentos caros e, muitas vezes, afastamento do trabalho. Pensando nisso, foi sancionado, nesta semana, um projeto de autoria do deputado anapolitano Amilton Filho (MDB) que obriga o Estado a divulgar amplamente os direitos da pessoa com câncer em Goiás.

Aprovada em dezembro na Assembleia Legislativa do estado (Alego), a matéria tem o objetivo de divulgar informações importantes sobre os direitos dessas pessoas, muitas vezes desconhecidos por elas, buscando ampliar a rede de

informação que alcance mais pacientes, familiares e a sociedade como um todo. De forma prática, a lei também institui anualmente uma campanha de divulgação dos direitos dos pacientes com neoplasia maligna a ser realizada na semana do dia 11 de novembro.

Ao DM Anápolis, o autor do projeto explicou como a divulgação acontecerá pelos meios de comunicação à disposição do serviço público, folders e cartazes em hospitais e por meio de palestras. "Dá para seguir com essa divulgação junto aos locais de saúde, especializados nestes atendimentos. Em Anápolis, por exemplo, temos a Santa Casa, o Hospital Evangélico e a Unidade Oncológica", aponta Amilton Filho.

Segundo o parlamentar, a condição requer sensibilidade. "Essa é uma questão que eu acompanho há muito tempo enquanto advogado e por

acompanhar amigos e familiares que passaram por essas dificuldades. É uma doença que mexe com o emocional e faz toda a diferença saber os seus direitos, reduzindo custos e aumentando a qualidade de vida", afirma.

Por fim, Amilton Filho avaliou a ação do poder público na execução das políticas públicas. O deputado reforça que há evolução em relação a anos anteriores, mas que ainda é possível avançar. "A gente sempre precisa melhorar. Houve mudanças, mas é uma doença que exige um trabalho muito duro. Precisamos de mais agilidade e atenção em questões fundamentais, inclusive, na autoestima dos pacientes", cita.

Vale destacar que as ações do projeto sancionado pelo governador incluem a especificação dos direitos dos pacientes, como aposentadoria por invalidez, auxílio doença, isenção de imposto

para veículos adaptados, entre outros. Os benefícios estão previstos na Lei que institui o Estatuto da Pessoa com Câncer.

IMPACTO

Especialista em Direito Civil, o advogado Jeovane Costa considera a lei um avanço, especialmente quando o assunto é o combate às fake news e aos estigmas da doença. "A não divulgação dessas leis e do amparo dos direitos desses pacientes agrava muito mais a trajetória no tratamento oncológico. Porque muitos medos, muitas notícias falsas, são disseminadas para esses pacientes. O que não deveria acontecer", salienta.

Para ter acesso aos benefícios, o especialista destaca que é fundamental que o paciente tenha uma orientação jurídica que avalie o caso. O ideal, segundo ele, é que ocorra uma integração com os responsáveis pelo tratamento. "Obviamente

que precisa ter uma relação muito próxima dos profissionais da área jurídica com os da área da saúde para que auxiliem na interpretação da lei e a levar essas informações até o paciente", orienta.

Entre as principais dúvidas, de acordo com Costa, está o acesso a tratamentos complementares. Muitos clientes chegam aos consultórios sem saber que alguns casos contam com direito a cirurgias estéticas, por exemplo. "Principalmente para aquelas pacientes do sexo feminino que são diagnosticadas com câncer de mama, nós temos uma legislação que obriga inclusive o plano de saúde, não somente o SUS, a cobrirem todo o tratamento de reconstrução mamária daquele paciente. Isso inclui a prótese, toda a cirurgia plástica para fazer a reconstrução daquele órgão afetado pelo câncer", explica.

ATENDIMENTOS

Hospital de Formosa celebra 1º ano do serviço de tomografia

Só nos primeiros meses deste ano, a unidade realizou mais de mil exames de pacientes do município e região do Entorno do DF

SES-GO

O Hospital Estadual de Formosa (HEF) celebra o primeiro ano de operação do seu serviço de tomografia. Comprometido com a excelência no atendimento e o bem-estar dos pacientes, a unidade do Governo de Goiás administrado pelo Instituto de Medicina, Estudos e Desenvolvimento (IMED) já realizou mais de 5 mil exames de tomografia, de março de 2023 a fevereiro de 2024.

O marco não apenas demonstra a eficácia do serviço, mas também destaca a importância e a demanda por esse tipo de diagnóstico na região. A sala de exames, equipada com aparelhos de última geração, oferece recursos tecnológicos avançados e importados da Alemanha. E a presença de uma equipe multidisciplinar fornece apoio diagnóstico e colabora para um atendimento integral e de qualidade.

Desde o diagnóstico de doenças ósseas e musculares até a identificação de tumores, infecções e lesões neurológicas e abdominais, o serviço de tomografia do HEF desempenha um papel crucial na detecção precoce, tratamento e monitoramento de uma variedade de condições médicas.

O serviço de tomografia da unidade não atende apenas pacientes da própria cidade, como é o caso de Vicentina Lopes, mas também benefi-



cia aqueles que residem em regiões vizinhas, como Anny Gabrielle, de Cidade Ocidental. Para Vicentina, ter acesso a um serviço de tomografia de alta qualidade em sua própria comunidade significa conveniência e conforto, reduzindo a necessidade de deslocamentos longos em busca de cuidados médicos especializados.

"Assim que recebi o encaminhamento para cirurgia e o

pedido do exame foi feito, logo surgiu a oportunidade de realizar a tomografia. Tudo está fluindo muito bem e, além da rapidez, estou muito satisfeita com o cuidado e atenção dos funcionários", declara a paciente.

Já para Anny Gabrielle e outros residentes de cidades próximas, o serviço do HEF representa uma oportunidade de acesso a diagnósticos preci-

sos e tratamentos adequados, muitas vezes não disponíveis em suas localidades de origem. "Fiquei muito feliz por conseguir realizar o exame aqui. São menos de duas horas da minha cidade até Formosa. O acolhimento da equipe é muito bom e me surpreendi com a qualidade do equipamento", diz ela.

Essa abrangência no atendimento reflete o compromisso do hospital em servir não

apenas à cidade de Formosa, mas também a toda a região circundante, garantindo que todos os pacientes tenham acesso igualitário a cuidados de saúde de alta qualidade. Para Luciano Dutra, diretor do HEF, esse marco de um ano não representa apenas um período de sucesso, mas também o compromisso contínuo em oferecer atendimento de qualidade e humanizado para os pacientes da rede pública.

"A presença desse serviço não só fortalece o fluxo hospitalar, mas também reforça o compromisso do HEF em oferecer assistência médica de alto padrão para toda a população de Formosa e regiões próximas", afirma o diretor da unidade.

OBRAS DE AMPLIAÇÃO

A área da tomografia é apenas uma das fases do projeto de ampliação do hospital, no qual o Governo de Goiás está investindo cerca de R\$ 112 milhões. Essa ampliação na estrutura física e tecnológica foi idealizada considerando os princípios de humanização dos ambientes, contribuindo com o processo de atendimento do paciente, garantindo a qualidade dos serviços de saúde prestados pelos profissionais. No período das obras, todas as áreas do hospital serão mantidas e nenhum paciente deixará de ter atendimento.

Goiás quer avançar no combate à brucelose e à tuberculose bovina

Reunião vai debater avanços na identificação e combate às duas zoonoses no Estado

DA REDAÇÃO

A Comissão Estadual de Combate à Brucelose e à Tuberculose em Goiás realiza nesta quinta-feira (14/03), a partir das 9 horas, no auditório da Agência Goiana de Defesa Agropecuária (Agrodefesa), em Goiânia (GO), uma reunião para debater avanços na identificação e combate às duas zoonoses no Estado.

O encontro deve ter a participação de representantes do poder público, entidades de classe, universidades, sindicatos, entre outros, que integram a comissão. Será a primeira

reunião do grupo em 2024.

COMBATE

O objetivo ainda é atualizar o plano de ação para este ano, atribuindo tarefas que se adequem a cada um dos órgãos e entidades envolvidas, na busca por melhores índices de identificação, controle e erradicação das duas zoonoses no Estado.

Exceptionalmente nessa ocasião, a comissão vai receber a presença de integrantes da Câmara Técnica de Conciliação da Cadeia Láctea para que possam participar conjuntamente desse planejamento estratégico.

"Temos, em Goiás, essa força tarefa ativa envolvendo peças-chave da cadeia produtiva num trabalho de sensibilização em várias frentes sobre a necessidade de se fazer a vacinação sistemática contra a brucelose, a notificação de casos suspeitos de tuberculose e de brucelose e o abate dos animais que testaram positivo. Ainda temos muito a avançar nesse sentido, por isso o trabalho da comissão se faz mais do que necessário", informa o presidente da Agrodefesa, José Ricardo Caixeta Ramos.

De acordo com gerente de Sanidade Animal da Agrode-

fesa, Rafael Vieira, a comissão tem como atribuição promover reuniões trimestrais, sendo quatro durante o ano, para discutir estratégias e diretrizes de trabalho, na busca pelo controle e erradicação da brucelose e da tuberculose em Goiás.

"Hoje, em relação à brucelose, o Estado ocupa a categoria D, numa escala de nível de risco que vai de A a E, sendo E o nível mais crítico. Temos uma prevalência de mais de 10% de propriedades com foco de brucelose, o que é preocupante", alerta.

O gerente afirma que no último estudo soroepidemiológico realizado sobre a zoonose hou-

ve a verificação de que 18,7% das propriedades estudadas testaram positivo para a brucelose. Ele acrescenta que o índice de vacinação contra a doença é de 41%, sendo que para avançar no seu combate, o índice deveria ser acima de 80%.

"É importante frisar que a vacinação contra a brucelose é voltada a todas as fêmeas entre três e oito meses, uma única vez na vida do animal. Essa vacinação é feita de forma controlada e reportada pelo produtor, ou veterinário responsável, no Sistema de Defesa Agropecuária (Sidago)", destaca.

OBRAS IMOBILIÁRIAS

Atraso na entrega de imóveis pode gerar medidas jurídicas

Situação gera prejuízo e frustração para os compradores; advogado especialista em direito imobiliário dá dicas

DA REDAÇÃO

Cerca de 30% dos empreendimentos imobiliários no país são entregues com atraso, o que afeta diretamente a vida dos compradores, que podem ter que pagar aluguel, financiamento e condomínio, além de ver seu sonho da casa própria adiado. O atraso pode ser causado por diversos fatores, como problemas na obtenção de licenças, falhas no planejamento da obra, intempéries climáticas, dificuldades na contratação de mão de obra e má gestão das construtoras.

O comprador pode buscar o diálogo com a construtora ou recorrer a medidas jurídicas, como o pagamento de indenização, a suspensão da cobrança de juros de obra e a substituição do indexador de correção monetária. De acordo com o advogado Filipe Gama, 35 anos, professor universitário, mestre em direito e especialista em direito imobiliário, o que o comprador deve fazer em caso de atraso na entrega do imóvel é buscar o diálogo com a construtora, tentando resolver o problema amigavelmente.

"É importante verificar se há alguma cláusula no contrato que preveja o prazo de entrega do imóvel, incluindo o período de tolerância, que geralmente é de 180 dias. Se o atraso ultrapassar esse período, o comprador pode recorrer a medidas jurídicas", afirma o advogado.



Filipe Gama orienta consultar sites de reclamações, órgãos de defesa do consumidor e vistar obras anteriores da construtora

Segundo ele, o comprador tem direito a uma indeniza-

ção pelo prejuízo causado pelo atraso, que consiste na privação do uso do bem. "O valor da indenização é calculado com base no valor locatí-

cio de um imóvel semelhante ao que foi comprado, e deve ser pago mensalmente, até a data da entrega efetiva do imóvel", explica.

O advogado também esclarece que é ilícita a cobrança de juros de obra ou outro encargo equivalente após o prazo ajustado no contrato para a entrega das chaves, incluído o período de tolerância. "Esses juros são uma forma de remunerar a construtora pelo capital investido na obra, mas se ela não cumpre o prazo, não pode cobrar esse valor do comprador", diz.

Outro direito do comprador é a substituição do indexador de correção monetária sobre o saldo devedor, que normalmente é baseado no custo da construção civil. "Se a construtora não entrega o imóvel no prazo, ela não pode repassar ao comprador a variação do custo da obra, que é de sua responsabilidade. Nesse caso, o indexador deve ser substituído pelo IPCA, que é o índice oficial de inflação, salvo se for mais prejudicial ao comprador", afirma o advogado.

PREVENÇÃO

Filipe Gama também dá algumas dicas de como se prevenir do atraso na entrega do imóvel, evitando dores de cabeça e prejuízos financeiros. "Antes de assinar o contrato de

compra e venda, é aconselhável que o comprador busque informações sobre a construtora e o histórico de entrega de seus empreendimentos. É possível consultar sites de reclamações, órgãos de defesa do consumidor e até mesmo visitar obras anteriores da construtora, para verificar se houve atraso ou problemas na qualidade", recomenda.

Ele também orienta que o comprador leia atentamente o contrato antes de assiná-lo, verificando as cláusulas referentes ao prazo de entrega e às penalidades em caso de atraso. "O contrato deve estabelecer de forma clara, expressa e inteligível o prazo certo para a entrega do imóvel, o qual não pode estar vinculado à concessão do financiamento ou a nenhum outro negócio jurídico, exceto o acréscimo do prazo de tolerância".

Por fim, ele aconselha que o comprador acompanhe o andamento da obra, fiscalizando o cumprimento do cronograma e cobrando explicações da construtora em caso de atraso. "Se o comprador tiver alguma dúvida ou estiver passando por uma situação semelhante, é recomendável que ele procure um advogado especialista de sua confiança, para ajuizar a ação competente perante o Poder Judiciário", conclui. (Colaborou José Aurélio Mendes)

Bolsa uniforme para alunos dos CPMGs

Em todo o estado são 82 unidades, com 78 mil alunos; em Anápolis são quatro instituições escolares neste modelo

DA REDAÇÃO

A partir deste ano, os mais de 78 mil alunos dos Colégios Estaduais da Polícia Militar de Goiás (CEPMGs) passarão a receber o "Bolsa Uniforme", programa Governo de Goiás aprovado em segunda votação na Assembleia Legislativa de Goiás (Alego).

Agora, o Executivo estadual assume os custos do uniforme para cada aluno que, atualmente, está na faixa de R\$ 970. Ao todo, o investimento será de R\$ 76 milhões provenientes do Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás (Protege).

De acordo com o governador



Ao todo, o investimento será de R\$ 76 milhões provenientes do Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás

Ronaldo Caiado (União Brasil), em vídeo publicado nas redes sociais, este é mais um programa que se junta a outros em benefício dos estudantes e suas famílias.

"O Bolsa Uniforme se junta a outros projetos como o Bolsa Estudo, os uniformes e materiais didáticos para as escolas estaduais, os Chromebooks para alunos

do nono ano do ensino fundamental e terceiro ano do ensino médio, além de muitos outros benefícios para os nossos jovens estudantes", destacou.

Conforme anunciado pela primeira-dama e coordenadora do Goiás Social, Gracinha Caia-

do, pais, mães e responsáveis por estudantes das unidades de ensino geridas pela corporação para a aquisição do fardamento a ser utilizado nas aulas.

Com o programa, os responsáveis por cada aluno vão receber um cartão para comprar a farda em estabelecimentos cadastrados, garantindo o fornecimento das vestimentas dentro dos padrões dos CEPMGs. O objetivo é que os alunos possam se dedicar aos estudos em condições de igualdade.

O Bolsa Uniforme vai fornecer todo o kit necessário ao fardamento dos alunos, com um bibico (chapéu de dois bicos); duas camisas bege de manga curta; duas camisetas bege de manga curta, duas calças marrom ou saias-calça marrom; um cinto; um par de sapato social preto; dois pares de meia social preta; duas calças agasalho marrom; uma jaqueta agasalho marrom; um par de tênis preto; dois pares de meia esportiva branca e

uma japona de frio marrom.

CEPMG

O número de unidades de colégios militares em Goiás já chega a 82 em 64 municípios. Os estudantes já recebem kits de materiais escolares e, em 2023, foi lançado um projeto de Robótica Educacional voltado para as turmas de 6º e 7º ano. Foram investidos R\$ 10 milhões na aquisição de equipamentos tecnológicos, incluindo materiais de robótica paradidáticos e tablets.

Em contrapartida, nos últimos anos, os estudantes alcançaram excelentes resultados nas avaliações do Sistema de Avaliação Educacional do Estado de Goiás (Saego), do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Atualmente, Anápolis conta com quatro unidades desse modelo, são elas: CEPMG Cezar Toledo; CEPMG Arlindo Costa; CEPMG Gabriel Issa; e CEPMG Onofre Quinan.